



neps

Boletim Informativo

Núcleo de Estudos de População e Sociedade ♦ Instituto de Ciências Sociais ♦ U.M. ♦ Guimarães ♦ nº 18 ♦ Março de 2001

S
U
M
Á
R
I
O

EDITORIAL

*O que o filho quer esquecer
o neto deseja recordar*

♦M. Otília P. Lage

FALANDO DE

DEMOGRAFIA HISTÓRICA...

♦Maria Norberta Amorim

INVESTIGADOR APRESENTA-SE:

João Sanches

♦Elisabete Pinto

APONTAMENTOS

DE INVESTIGAÇÃO:

*O sobrenatural
em terras de Barroso*

♦João Sanches

ARGUMENTOS:

*Alguns aspectos
do mestiço em Mocambique*

♦Luís Polanah

ENCONTROS:

• **II Congresso Histórico de
Guimarães**
"D. Manuel I e a sua época"
24 a 27 de Outubro de 2001

NOTÍCIAS:

• **Doutoramentos**
♦*Margarida Durães*
♦*Otília Lage*

• **Base de dados genealógica
na Internet**

EDITORIAL

M. Otília P. Lage

O que o filho quer esquecer o neto deseja recordar

Existe à escala regional e local, um património documental diversificado, nomeadamente bibliográfico e arquivístico, que se encontra disperso por uma constelação variada de instituições e entidades públicas e privadas. Constituído por colecções de documentos de maior ou menor valor e raridade apresenta, no seu conjunto, um inegável interesse para o estudo da história das nossas populações.

Neste panorama - o dos chamados *fundos patrimoniais locais* - onde sobressaem bibliotecas públicas e arquivos municipais, tem lugar e papel não negligenciáveis outro universo de instituições que deve por isso ser destacado. É o caso de Fundações e Sociedades que guardam importantes espólios relativos à vida, obra e interesses de figuras públicas e personalidades ilustres, e também o de Associações Profissionais,¹ Associações Culturais e Recreativas e Associações de Defesa do Património Cultural de criação mais recente, com o fim de estudar, defender e divulgar a nossa herança cultural e natural através da recolha, inventariação e reabilitação e da formação da opinião pública.

Surgidas com o "25 de Abril" num contexto de revitalização do movimento associativo, estas últimas associações foram na sua maioria institucionalizadas em 1975, vindo depois a integrar-se na Federação das Associações de Defesa do Património (FADEPA) oficializada em 1981, com os objectivos de melhor consolidar o movimento, sensibilizar mais eficazmente a opinião pública para a defesa dos seus valores culturais, colaborar e participar activamente com entidades oficiais na elaboração de projectos concretos visando a salvaguarda da identidade cultural do povo português.

DE "BEM PATRIMONIAL"
A "BEM CULTURAL"

Tal movimento de revitalização do nosso património cultural e documental é em grande medida resultado das condições então surgidas de abertura nacional a teorias e práticas internacionais. Com a Carta de Veneza (1964), a Convenção para a Protecção do Património Cultural e Natural (1972) e a Carta Europeia do Património Arquitectónico (1975) vinha tomando corpo a noção de património cultural universal, plasmando-se

O que o filho quer esquecer o neto deseja recordar

em iniciativas como a da publicação em 1979, pelo “Comité do Património Mundial” da lista das “novas maravilhas do mundo” cujo alargamento prossegue sob o controlo de peritos.

Vai-se assim construindo um novo plano de referência para o Património em que, por exemplo, noções distintas como “bem patrimonial” e “bem cultural” (objectos de colecção, testemunhos etnológicos, sistema de tradições e costumes) passam a confundir-se, pelo menos metaforicamente.

Objecto de estudo e “transdução” para o caso nacional este novo quadro de referência suscita abundante legislação sobre Património promulgada pelo Estado Português, a partir de 1975, com base na Constituição da República Portuguesa ² a qual contempla desde logo o “Património Cultural” ³, e os direitos e deveres do Estado e dos Cidadãos na matéria. Classificam-se monumentos, sítios e conjuntos, ampliando - se assim sucessivamente o conceito de “monumento”.

Afirma-se a concepção de património cultural como bem colectivo, cujo protagonismo, em grande medida devido ao papel das autarquias e à participação das populações, importa hoje reforçar reconfigurando-o, pois de “Riqueza Social” se trata, como observava em relação ao nosso “património histórico”, já em 1838, Alexandre Herculano, com o seu “Monumentos Pátrios” precursor da salvaguarda do património cultural português.

Como se pode intuir, a recente e vasta noção de Património que cobre todos os “bens” e tesouros do passado, tal como hoje se entende em linguagem oficial e em linguagem comum,

resulta de um processo de construção social e histórica. Feito de rupturas e encadeamentos de gerações em que “o que o filho deseja esquecer é o que o neto procura recordar”, não residirá aí o problema último do património? ⁴. Trata-se de facto de uma noção que integra um certo número de camadas sobrepostas que será útil distinguir, já que intervém no termo de uma longa história inclusive da sensibilidade em relação ao passado. No que nos concerne, por exemplo, começando pela “Leitura Nova” de D. Manuel, ⁵ passando depois pelo optimismo romântico do séc. XIX e a sua salvaguarda racional da arte, dos factos históricos e do património etnológico e industrial, ou pela descentralização cultural republicana e a mobilização da participação pública na salvaguarda dos bens históricos, ou ainda pela “reificação” das “antiguidades pátrias” do Estado Novo, até chegarmos à actual ideia de Património como conservação e fruição de um bem cultural comum, usos e coisas transmitidas, as “realia” ⁶ contemporâneas das sociedades pós - industriais preocupadas com as complexidades e os riscos do esquecimento.

Ou seja, um fundo comum de objectos (que promovidos a elementos de um património, mudam de natureza e de função, servem para outra coisa) mais “habitat” como “*propriedade fundamental da existência*” (Leroi - Gourham) que leva à valorização do “lugar” como experiência humana e do “espaço existencial” como conjunto de formas e imagens reflexivas que se respondem. A distinção útil mas muito simples dos valores de uso e dos valores de troca alargando-se

para dar lugar aos valores - símbolos. “*O património é o que nos concerne, uma espécie de reserva de energias. Não conta senão por uma imitação, uma sedução, um saber que o sono pesado das coisas no museu [no arquivo ou na biblioteca] não restitui de imediato.*” ⁷

Na sua extensão, a recente noção de património parece assim dever englobar não só certos bens mas os factores de que depende a própria existência e mesmo as condições de vida e de sobrevivência.

Em suma, um património que não se manifesta enquanto tal senão quando é preciso defendê-lo, ideia que implica a sua compreensão como património em potência.

A memória triunfa menos na posse que na fruição. ⁸

O QUE É ÚTIL PARA PROTEGER É O MELHOR MEIO PARA CONHECER?

Reconhecer e preservar não tem sempre nem em todos os lugares os mesmos sentidos nem consequências. E tudo evolui depressa entre as políticas da cultura e as pressões da moda.

Se o património documental a que nos referimos foi, em geral, conservado em condições aproximadas do necessário, e registado em inventários e catálogos mais ou menos completos e rigorosos - o que no caso nacional salvo raras excepções se não verificou -, necessita actualmente de preservação efectuada por profissionais ou, no mínimo, com o apoio e enquadramento destes, em locais especialmente estudados para o efeito.

A conservação está intimamente ligada à valorização e à comunicação, elos de divulgação

Entre os recursos da terra e do mar, ao longo de algo mais de cinco séculos, se foi reproduzindo a população da freguesia das Ribeiras da. Ilha açoriana do Pico. Movimento complexo que reflectiu até épocas recentes um enorme e vitorioso esforço de domínio sobre uma Natureza dura e caprichosa de onde era necessário extrair o sustento. Natureza que hoje claramente se impõe sobre uma população reduzida pela abertura ao exterior e pela modernidade, a desfrutar mais a beleza da paisagem do que a sua capacidade produtiva.

A freguesia cresceu junto ao mar na vertente sul do planalto da Achada, na zona oriental e mais antiga da ilha, ocupando a área de 31,75 km². Situando-se sensivelmente nos 38° de latitu-

de N e 28° de longitude WG, tem um clima temperado oceânico, ameno nas zonas de baixa altitude, com temperaturas médias anuais a rondar os 17/18° C e fracas amplitudes térmicas.

Tendo o Pico apenas 3,4% de área totalmente arável (e só em faixas litorais) é a zona mais antiga da ilha aquela que oferecia nos primeiros tempos melhores condições para a cultura de cereais e fixação de população. No entanto, nem todos os lugares das Ribeiras propiciavam a cultura de cereais. A cultura da vinha, depois da laranja e mais recentemente da banana e principalmente a pastorícia foram recursos da terra aos quais se juntavam os recursos do mar.

De facto, no imaginário picense, as Ribeiras identificavam-se com o mar, com a pesca sazonal no mar alto, com a aven-

tura da caça à baleia, com elegantes veleiros e iates que fizeram trânsito de passageiros e mercadorias entre os principais portos dos Açores. Identificavam-se com os emigrantes de sucesso em S. Diego, na Califórnia, beneméritos dos equipamentos colectivos da sua terra. Identificavam-se com as Filarmónicas e os *Impérios*, com o colorido e a alegria das Festas do Espírito Santo, modelo dos outros *Impérios* da ilha. Neste imaginário era de facto o lugar de Santa Cruz que se impunha pela característica de ser lugar de marítimos, numa ilha de difíceis comunicações e que se virava predominantemente para a terra.

A extensão e pluralidade da freguesia das Ribeiras convida a uma maior detenção no seu tempo e no seu espaço povoado

EDITORIAL

M. Otília P. Lage

O que o filho quer esquecer...

mas também de confrontação, crítica e criação.

LEITURA NOVA

Este modo de olhar o Património Documental articula abordagem semiótica (sistemas de sinais e relações) e abordagem pragmática do património como cultura material dando atenção às formas visíveis dos produtos humanos, à sua diferenciação, distribuição espacial e temporal, ao trabalho que os afeioa, aos usos que se faz deles e aos mercados onde circulam. O que tem de ser compreendido e explicado, reconduzindo-o às características do meio ambiente, equipamento biológico e regime social, aos modos e condições de produção com as regras de troca e de apropriação dos bens que lhes estão ligados. Donde o património documental local

como memória do lugar e das redes que o atravessam, das suas historicidades, das trajetórias temporais e espaciais que o tecem, dos objectos que as populações fabricam e de que se servem, e sem os quais não são compreendidas nem nos seus comportamentos nem nas posições ocupadas nas hierarquias sociais, nem nos seus papéis e identidades.

Deve por isso ser objecto da solicitude dos arquivos e das bibliotecas através de recolha sistemática de documentos antigos ou contemporâneos e conservação, microfilmagem, digitalização da imprensa, produção editorial e gráfica local que verse aspectos e acontecimentos da vida local/regional e que, para além dos tradicionais domínios da história ou da literatura, dedique especial atenção aos objectos e

aos actores, políticos, económicos, sociais. •

¹ Algumas vindas já de meados do século XIX, como a Associação dos Arquitectos Cívicos (1863) ou a Associação dos Arquitectos e Arqueólogos Portugueses, à qual se deve, em 1880, a primeira classificação dos monumentos nacionais.

² Promulgada em 2 de Abril de 1976 e revista em 1986 (Parte I, título III, Cap. III).

³ Integrando diversas áreas e domínios: arquitectónico, arqueológico, museológico e documental.

⁴ (BABELON, CHASTEL, 1994:109)

⁵ Livros de pergaminho da Flandres para onde D. Manuel mandou transladar os velhos códices e escrituras avulsas, importante medida de salvaguarda do nosso património documental, como as obras de reconstrução da Torre do Tombo que mandou executar.

⁶ realidades materiais aos mais diversos níveis

⁷ (BABELON, CHASTEL, 1994:108, 109)

⁸ ibidem

do. Acompanhar a vida das suas gentes na longa duração surgiu na continuação de um desafio de montagem de uma *base de dados* com o percurso de vida, em encadeamento genealógico, dos residentes na ilha do Pico, utilizando fontes básicas que chegaram até nós, os registos paroquiais de baptizados, casamentos e óbitos, e os recursos metodológicos de que dispomos.

Contamos, para as Ribeiras, de registos paroquiais relativamente tardios e com uma lacuna importante na série de casamentos. Sendo os registos de casamento os registos mais antigos conhecidos para a freguesia (início em Novembro de 1681), a perda de um livro interrompe a série entre Outubro de 1719 e o mesmo mês de 1764, comprometendo a identificação dos indivíduos casados no período. Dispomos de registos de baptizados em série contínua a partir de Janeiro de 1697 e de óbitos, a envolver maiores e menores de sete anos, a partir de Julho de 1736. Toda a informação paroquial disponível (do início dos registos a finais do século XX) foi organizada pela metodologia de reconstituição de paróquias.

Da aplicação da metodologia de reconstituição de paróquias aos registos paroquiais resulta a formação de dois ficheiros correlacionados, um de famílias e outro de indivíduos residentes. No ficheiro de famílias organizamos toda a informação vital referente a cada membro do casal e aos filhos que registaram. A desagregação dessa informação num ficheiro de residentes, em

encadeamento genealógico, permite seguir os percursos individuais e estabelecer cruzamentos com outras fontes nominativas eventualmente disponíveis para as épocas em estudo.

No que respeita a essas outras fontes, dispomos para a freguesia de uma lista referente ao *estado da população* em 29 de Maio de 1836, assinada pelo Vigário António José da Silveira, em formulário impresso enviado do *Distrito Administrativo de Angra*. Embora a lista não apresente indicação de lugares ou de fo-

que reúnem ao seu trabalho alguma outra renda ou ordenado.

Para 1838 dispomos de outra lista de habitantes, sem obediência a formulário impresso, com distribuição por fogos (mas não por lugares), ordenados também de oriente para ocidente e em hierarquia familiar, em que é atribuída uma idade exacta a cada habitante, havendo ainda a referência às profissões masculinas e femininas.

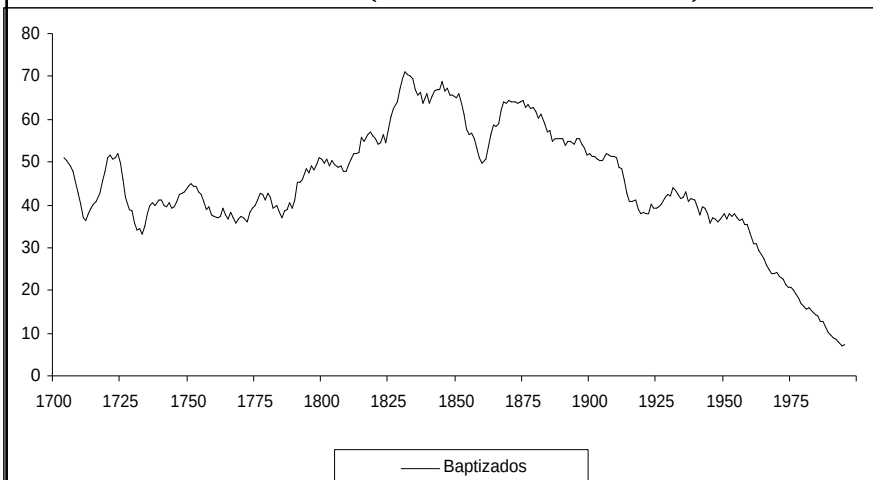
Esta lista, datada de 16 de Agosto de 1838 e também assinada pelo Vigário António José

da Silveira, foi informatizada e sobre ela desenvolvemos um trabalho de cruzamento com a *base de dados* decorrente da reconstituição da paróquia, identificando cada residente pelo código de família e datas vitais (nascimento, óbito e também casa-

mento), se conhecidas, sendo inserido um campo com a idade real calculada a partir da data de nascimento.

Outra fonte utilizada foi um *Mapa organizado na conformidade do artigo 108º do regulamento de 25 de Agosto de 1881, contendo por ordem alfabética, os nomes e moradas dos contribuintes inscriptos na matriz predial d'esta freguesia (Freguezia das Ribeiras, Concelho das Lagens do Pico, Districto da Horta, Matriz predial nº 3), e o rendimento collecavel total dos predios que cada um n'ella possui*, mapa em formulário impresso, assinado pelo escrivão da Fazenda, António de Simas Machado, em 13 de Fe-

**Evolução dos Baptizados nas Ribeiras
1700-1999 (Médias Móveis de 9 anos)**



gos, depreendemos pelo cruzamento com a base de dados paroquial que a mesma foi ordenada geograficamente, começando de oriente para ocidente, em hierarquia familiar e distribuição da população por grupos etários (um primeiro grupo até um ano, um segundo grupo de um a cinco, depois grupos quinquenais até aos 20 anos e decenais até aos 70, englobando a seguir num único grupo os maiores de 70). São depois referidas as profissões de um e de outro sexo e a condição de *proprietários* e *não proprietários*, distinguindo ainda os que vivem unicamente das *rendas das suas propriedades*, os que vivem unicamente do seu *trabalho mecânico ou indústria* e os

vereiro de 1885.

O *mapa* foi cruzado com a *base de dados* de residentes em consonância com as problemáticas desenvolvidas ao longo do trabalho.

Uma lista de eleitores do ano de 1884 refere-nos o lugar de residência de cada eleitor, a idade, a profissão, o estado civil, o tipo de contribuições a que era sujeito (predial, industrial ou pessoal) e o montante das mesmas, além da eventual condição de elegível para deputado, cargos distritais, municipais ou paroquiais.

Esta lista foi igualmente cruzada com o ficheiro de residentes, acrescentando-se neste as informações pertinentes recolhidas, como sejam a condição de eleitor e, se fosse o caso, a de elegível e o montante das contribuições a que cada um era sujeito.

Sobre o registo de passaportes referentes à freguesia, iniciado em 18 de Abril de 1859 e prolongado até 21 de Maio de 1976 desenvolvemos o difícil trabalho de identificação familiar dos registados contando apenas com nomes e apelidos e uma idade exacta expressa em anos (só nos raros casos de passaportes colectivos podíamos beneficiar de dados sobre relações familiares). As informações recolhidas do registo dos passaportes foram incorporadas na ficha individual respectiva, considerando uma primeira ausência, coincidente ou não com uma ausência definitiva, e eventuais retornos conducentes ou não a novo ou novos registos de passaporte.

Ao fim do longo trabalho de arquivo¹, de trabalho de campo e trabalho de gabinete, quando se tratou de apresentar os dados recolhidos, o volume de informação conseguido foi perturbador. Foram conhecidos ciclos de 4386 famílias, foram identificados pelo nascimento 13285 indivíduos e conhecidos por actos de casamento e/ou óbitos mais 2759, num total de 16044 indivíduos com percursos de vida acompanhados. Dos 2104 residentes na paróquia no ano de 1838 conseguimos identificar pela data de nascimento 1783, numa percentagem de 85%. Um

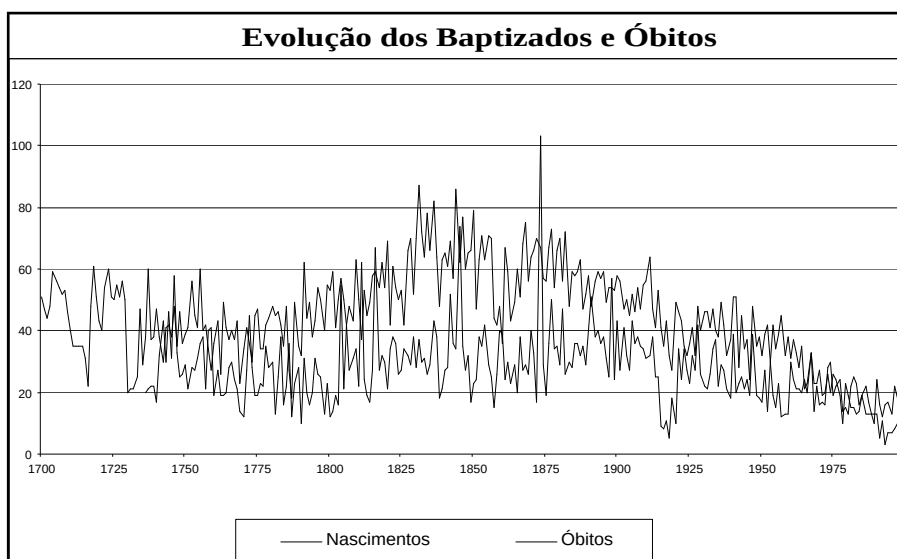
nização de uma monografia sobre a freguesia das Ribeiras dos finais do século XVII a 2000. Apresentamos aqui uma primeira visão de síntese da evolução demográfica, visão permitida pela observação das curvas de baptizados e óbitos e pelo estado da população em dois momentos distintos, 1838 e 1991.

O acompanhamento das curvas de baptizados coloca-nos perante um quadro já previsível pela anterior observação de outras paróquias da ilha. Ao longo dos três séculos do nosso estudo detectamos uma evolução em

dois grandes períodos, um de crescimento, que se prolonga sensivelmente até 1840 e outro de clara retracção do número de crianças nascidas em cada ano, tendência longa que hoje mais se acentua. Na fase de crescimento encontramos um

sub-período de retracção em meados do século XVIII correspondente a uma grave crise frumentária que afectou os Açores e particularmente as *ilhas do meio* e, na fase de abaixamento, dois sub-períodos de contenção de descida e mesmo de crescimento, que podemos localizar nos anos setenta do século XIX e entre os finais dos anos vinte e os finais dos anos cinquenta do século XX, correspondentes, um e outro, a fases de relativo estancamento dos surtos migratórios.

Dispondo de registo sistemático de todos os indivíduos falecidos, crianças e adultos, desde



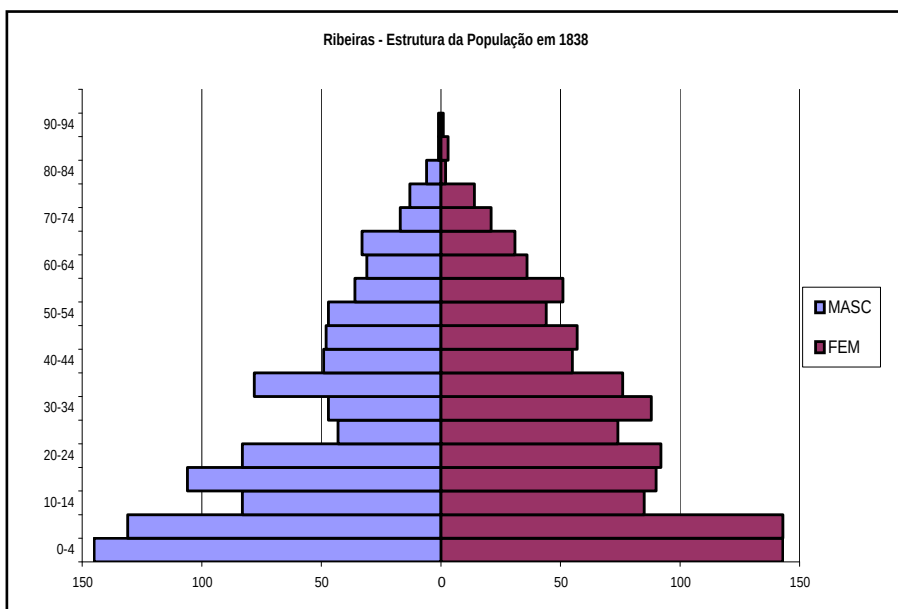
nível muito próximo de identificação foi conseguido em relação aos 1870 registos de passaportes referidos à freguesia.

A análise demográfica sobre pessoas ainda vivas exigiu a procura de informantes com uma ligação privilegiada ao meio, não só pela idade, mas também pela capacidade ou pelas funções exercidas no mesmo. Tivemos oportunidade de entrar num mundo de conhecimentos e recordações particularmente rico, que excedeu em muito a nossa capacidade de organização dessa informação.

Com base em toda esses elementos, temos em curso a orga-

o início do ano de 1737, podemos a partir daí contrastar as duas curvas, a de baptizados e a de óbitos, verificando a ausência de graves crises de mortalidade no período multissecular e a persistência de saldos fisiológicos positivos até entrarmos nos anos setenta do século XX. A crise mais gravosa de mortalidade parece ter-se dado no ano de 1873, o que corresponde, à sobremortalidade de crianças, provocada por uma epidemia de varíola, sobremortalidade que afectou não só os Açores, mas também o Continente português, a avaliar pelos resultados de investigações já conhecidos.

O contraste entre o estado da população em 1838, correspondendo à fase última de crescimento do primeiro período e o ano de 1991, último ano censitário, dá-nos conta das profundas mudanças verificadas ao longo de sensivelmente século e meio. As pirâmides de idades são por si expressivas. Uma pirâmide de base larga em 1838, embora já com relativo desequilíbrio nos grupos etários masculinos entre os 25 e os 40 anos, a indiciar uma emigração diferencial relativamente recente, con-



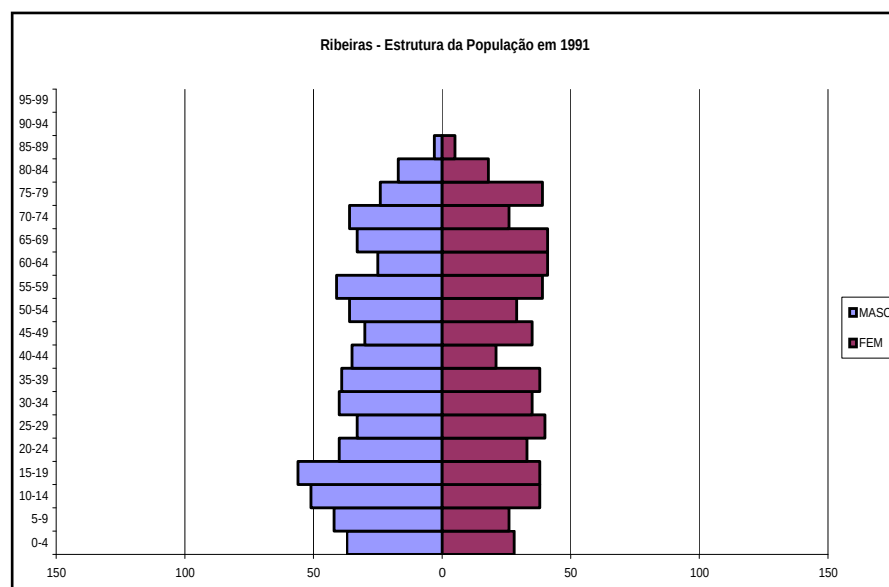
trasta com o gráfico relativo a 1991, em que a base se afunila e se agiganta a proporção dos maiores de 65 anos.

Em 1838 a população tinha atingido os 2104 indivíduos, enquanto em 1991 apenas se contaram 1188 residentes. Um decréscimo muito marcado no número de residentes, não justificado por crises graves de mortalidade, que se alia a uma profunda alteração no estado da população. Em 1838 os menores de 5 anos somavam 288, re-

presentando 14% da população, passando em 1991 para 61, o que corresponde a 5% da mesma. Em 1838 os maiores de 75 anos eram em número de 41, representando 2% da população, passando em 1991 para 106, o que corresponde a 9% da mesma.

Não podemos enquadrar o comportamento demográfico de longa duração da Ilha do Pico com os comportamentos contemporâneos do continente português. Enquanto as taxas de crescimento médio anual do continente em períodos intercensitários se mantiveram positivas, com excepção da década de 1960, na Ilha do Pico as taxas correspondentes apresentaram-se negativas desde meados do século XIX, com movimento positivo apenas nas décadas de 1930, 1940 e 1950. De partida podemos relacionar a evolução demográfica da Ilha do Pico, evolução singular no contexto nacional, com movimentos migratórios, mas a interacção das variáveis é bem mais complexa.●

¹ O levantamento de informação de arquivo anterior a 1886 foi feita pelo investigador Manuel Cardoso.





NOME: **João Domingos Gomes Sanches**

IDADE: 41 anos

NATURALIDADE: *Montalegre*

ACTIVIDADE PROFISSIONAL: *Professor do Complexo de Ensino Superior Jean Piaget – Nordeste (Macedo de Cavaleiros – Mirandela)*

Intérprete de tradições

João Gomes Sanches nasceu em Mexide, Montalegre, em Outubro de 1959. Membro da Comissão Científica do Núcleo de Estudos de População e Sociedade, este investigador tem um percurso marcado por uma intensa ligação ao ensino e ao aprofundamento do conhecimento em diferentes domínios da linguística, psicologia, antropologia e etnologia.

Em 1983, mal concluiu a licenciatura em Psicologia pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, João Sanches assumiu funções de psicólogo-conselheiro de orientação escolar e profissional no Núcleo de Orientação Escolar e Profissional da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (1983-1987). Durante este período e sob a Direcção do Professor Doutor Bárto Paiva Campos, a convite do Ministro da Educação, integrou uma equipa de psicólogos que acompanhou no terreno o lançamento do ensino técnico e profissional na área abrangida pela Comissão de Coordenação da Região Norte. No exercício desta actividade, o investigador dirigiu acções destinadas aos alunos do 9º ano de escolaridade em várias escolas de Trás-os-Montes.

Em 1987, João Sanches torna-se assistente de Gestão e de Formação na escola "Communication Langues Recherche", em Paris, onde desempenha o cargo de especialista em Psicolinguística aplicada ao ensino das línguas, em simultâneo com a actividade de gestor de recursos humanos e assistente de gestão global (política, financeira, fiscal e social). Volvidos dois anos, o investigador transita para o "Centre Charles Richet d'Etudes des Disfonctions de l'Adaptation", em Paris, desenvolvendo a actividade ligada ao ensino e pesquisa científica.

Em 1992, com o objectivo de tornar visível a comunidade portuguesa em França e as relações bilaterais entre os dois países, João Sanches abraçou a missão de coordenar o projecto "Presenças Portuguesas em França", no qual participaram os Presidentes da República, Mário Soares e François Mitterrand, vários ministérios e diversas instituições de ensino superior portuguesas e francesas.

Na sequência deste envolvimento com o pulsar da comunidade portuguesa radicada em França, em 1994, o investigador obteve o grau de Doutor da Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales de Paris em Psico-Antropologia Social e Etnologia, com uma tese intitulada *Le comportement Communicatif de la Communauté Portugaise en France: l'utilisation des codes linguistiques portugais et français par les migrants portugais en France*.

No ano seguinte, decidiu regressar a Portugal, assumindo a responsabilidade de leccionar a disciplina de Gestão e Organização, na qualidade de Professor Associado Convocado no Pólo de Chaves da Universidade Internacional, tendo também desempenhado o cargo de Coordenador Adjunto ao Pró-Reitor. Desde 1996, João Sanches é docente no Complexo de Ensino Superior Jean Piaget – Nordeste – Macedo de Cavaleiros, encarregado de leccionar disciplinas de Antropologia e Demografia, dedicando-se ainda à coordenação da área de Geografia.

Questionado sobre as etapas mais marcantes do percurso profissional, João Sanches revela que não seguiu **"o modelo mais vulgar no nosso país que é o de começar uma carreira "segura" geralmente na função pública"**, pois, esteve quase sempre ligado ao ensino privado.

Pela experiência colhida ao longo da sua trajectória académica, o

investigador não esconde as dificuldades sentidas em Portugal, onde **"a burocracia, a falta de apoios, e sobretudo, a distinção entre investigadores do ensino público e privado"**, condicionam o rumo do trabalho. **"Em França"**, observa, **"o país está melhor preparado para a colaboração entre o público e o privado"**.

Além de investigador do NEPS, João Sanches é membro da Associação de Estudos Interculturais da Universidade Paris V (René Descartes), garantindo ainda a coordenação e orientação de vários projectos científicos a par da actividade docente. Disso é exemplo o projecto: "Trás-os-Montes, uma perspectiva Antropológica. Projecto de registo em vídeo de vivências e actividades culturais em Trás-os-Montes.

Embora seja um hobbie, a ligação de João Sanches à organização do Congresso de Medicina Popular de Vilar de Predizes denuncia o seu perfil interdisciplinar e a sua intervenção em defesa das tradições e práticas ancestrais de Montalegre.

Fruto desta experiência, no plano editorial, João Sanches já publicou inúmeros trabalhos de investigação que ajudam a perpetuarem a memória de fenómenos cujo conhecimento pertencia apenas a um círculo esotérico:

1995 – Sanches & FONTES, António Lourenço – *Medicina Popular Barrosã: Ensaio de Antropologia Médica*. Editorial Notícias, Lisboa, 151 pp.

1996 – Sanches & SANTOS, José Manuel Gonçalves – *A Memória de Mexide: estudo psico-antropológico da População de Mexide, concelho de Montalegre desde 1783*.

1999 – António Fontes: *Causa e casos de um padre barrosão*. Âncora Editora. Lisboa. •

O sobrenatural em terras de Barroso

1 - INTRODUÇÃO

Todas as culturas têm os seus mitos, lendas heróicas e contos populares¹. O mito² é construído com uma das ferramentas mais espantosas que o ser humano utiliza: o símbolo. Com ele, descreve-se algo que pode ser um fenómeno natural, uma prática rotineira, um costume ou até uma crença.

Associamos os mitos à origem e descrição do Cosmos, ao nascimento e justificação do ritual religioso. A ordem natural, estabelecida e explicada pelo mito, mantém-se através de uma dimensão temporal inacessível à compreensão, algo como o tempo presente que ultrapassa a eternidade.

Nesta ordem primeva, imutável no tempo, desenrolam-se as lendas, sagas ou os contos heróicos. O mito das origens pode ser comum a várias culturas, mas as sagas e os contos heróicos são relativos às que lhe dão origem.

Muita da ficção que encontramos nos contos deve-se à transmissão oral: o contador de histórias, ao reproduzir uma história ouvida, vai decerto alterar um pouco aquilo que ouviu. Sobretudo o que para si é confuso e incompreensível.

A tendência, em todas as culturas, é fixar por escrito estas “verdades” primevas, que acompanharão outras verdades, que de nenhum modo podem pôr as primeiras em causa: os heróis gregos da Guerra de Tróia não levavam a melhor sobre os deuses pois a verdade inicial declarava que o seu poder era absoluto. Sagas e lendas podem ser apoiadas por evidências históricas, mas a sua exactidão é distorcida inconscientemente por aquilo a que chamamos “memória popular” ou conscientemente, pela “coloração” ou pelo estilo do escritor que as fixa no papel.

A um nível mais baixo encontramos os contos populares. Estes destinam-se, numa análise superficial, a entreter, quando nos referimos a adultos, mas têm também uma função educativa e de aprendizagem quando nos referimos a

crianças. Passando de boca em boca atravessam as barreiras culturais, interferem com diferentes histórias de heróis acabando mesmo por modelar os mitos³.

Nas culturas ocidentais, a mitologia consiste em narrações onde actuam personagens, deuses, criaturas fantásticas animadas geralmente menos inteligentes que os humanos, homens comuns e sobretudo heróis, uma espécie de classe entre os deuses e os homens. Esta mitologia é elaborada, estruturada e fixada por escrito.

Personagens que actuaram num espaço distante no tempo. Hoje teriam as mesmas características e o mesmo poder. Os deuses em que acreditamos não podem estar sujeitos às dimensões dos homens nem aos limites temporais. Por isso são intemporais no passado, imortais no presente e eternos no futuro. O herói experimentou a condição humana: teve um nascimento e habitou “num lugar”. Devido às suas excepcionais virtudes, alcançou a imortalidade.

Os mitos impõem hierarquias entre o que deve ser absolutamente credível e a dúvida permitida. A dúvida da existência de Deus é banida na norma cristã, assim como a da existência do “Espírito” de Deus de que a imagem, o espírito de cada ser humano é uma sombra, capaz de viver eternamente no Além. Os espíritos não são materiais mas agem sobre a matéria, tal como Deus. Este poder opõe-se à acção física observada, mas não é absoluto: as leis do Cosmos só excepcionalmente são alteradas⁴.

Com o tempo, o dogma⁵ foi substituído. A sua função é a de fixar a verdade absoluta. São as leis primitivas, autênticos ancoradouros dos sistemas de crenças subseqüentes.

Numa colectividade, o dogma tem um papel organizativo, constitui uma norma. Uma norma de efeitos expeditivos que é preciso acreditar e respeitar. No mito tudo se pode adicionar. O mito é plástico, adapta-se ao tempo, ao espaço e

aos seres que neles intervêm.

Muitas das personagens de antigos mitos, lendas e sagas inspiraram as virtudes de heróis contemporâneos. O “logos” tem dificuldade em explicar como a valentia, a iniciativa, a honradez ou a seriedade conseguem ser comuns às culturas antigas e à nossa. A posição de Lévy-Bruhl ou de Franz Boas, associando o mito a uma mentalidade pré-lógica talvez coloque outra questão: talvez exista uma dimensão pré-lógica ou ilógica na mente do Homem actual⁶.

2 - COMUNIDADES E SISTEMAS DE CRENÇAS

Costumamos afirmar que a ciência é a dimensão dominante da cultura ocidental contemporânea. De facto, vivemos na “cultura da crença”.

O enigma de “considerar verdadeiro” tem algo a ver com o conceito de opinião e de fé. Semanticamente não está ligado ao “logos” que deu origem ao moderno mundo da ciência. No entanto, e na cultura ocidental, várias dicotomias apareceram: o mundo real, o da riqueza e pobreza, não é o mundo do mythos, nem do logos, nem da doxa⁷.

Deus, génios, mana, fetiches, antepassados, demónios ... mas também o homem comum e o homem sagrado (o papa, o rei, o santo, o mago) ou o grupo de homens sagrados (o clã, a igreja, a seita e mesmo a sociedade secreta). Todos estes personagens fazem parte do sobrenatural.

O imaginário não é limitado no espaço nem no tempo. O homem pode a qualquer instante viver experiências sobrenaturais nos cultos, ritos, festas, actos mágicos e até nas experiências individuais do sonho e da alucinação⁸.

Fica a história da crença, uma verdade que não pode ser posta em causa. Os métodos e as provas exigidos pelo “logos” são substituídos pela afirmação simples. A dúvida e sobretudo quem duvida são banidos.

A crença não se põe em causa.

O sobrenatural em terras de Barroso

Admite-se como verdadeira e não se pode desrespeitar. Por isso, a par do conhecimento científico admite-se outra espécie de saber, paliativo relativamente um empirismo nem sempre acessível, fixado pela tradição, muitas vezes a tradição oral.

3 - MUNDOS INFESTADOS DE ANJOS E DEMÓNIOS

Nas terras de Barroso¹⁰ também vagueiam os personagens sobrenaturais: Deuses, anjos, demónios, fadas, santos, magos, feiticeiros, homens e mulheres de virtude ... e existe uma sobrenaturalização do espaço: locais sagrados, demoníacos, enfeitados e encantados.

Os mais antigos escritos da humanidade referem-se ao sobrenatural. Inicialmente, os seres sobrenaturais são identificados pelo que “fazem”. O estatuto inicial é indiferenciado. Como o dos homens. Na religião judaica como na de Zoroastro tudo vai depender das acções primevas. Existe Deus. O homem pode aceitar e obedecer a esse Deus ou rejeitá-lo. Se o aceita, viverá sob a Sua protecção no Paraíso.

Aparecem os sacrifícios rituais que servem deuses caprichosos. Por vezes a natureza parece ir de encontro às aspirações humanas. O gelo, o calor do sol, o vento, a seca ou a trovoadas amainam após os sacrifícios.

Há algo de estranho nas interpretações: quando as aspirações humanas são satisfeitas, será lógico que pensemos num protector favorável. A indiferença será desfavorável e, muitas vezes, o desfavor tem uma intensidade maior.

Várias religiões, incluindo algumas de culturas iletradas, pressupõem a existência de seres que se situam entre o reino do sagrado e da realidade. São as religiões monoteístas do ocidente que melhor elaboraram a identificação destes personagens, classificando-os dualisticamente em anjos¹¹ e demónios¹². O “demónio” de Sócrates era um espírito que o inspirava na procura e difusão da ver-

dade.

Contra Deus e os anjos que lhe ficaram fiéis revoltaram-se os futuros reis das trevas, os demónios. Nalgumas culturas iletradas, os demónios não são completamente colocados entre os seres malevolentes. Os anjos, sempre bons, pouco podem ajudar nos casos que clamam vingança ou justiça.

4 - A RELIGIÃO EM BARROSO

Pouco sabemos das religiões pré-romanas no Planalto Barrosão. Talvez houvesse os cerimoniais segundo o costume ibero-celta. Ou talvez a religião não fosse muito além do culto dos mortos, do mundo vivo ou dos principais astros. Os romanos trouxeram primeiro os deuses que, mais tarde, outros romanos considerados cristãos rotularam de pagãos.

É provável que uma lufada de Gnosticismo ou de Maniqueísmo¹³ tenha varrido estas paragens e influenciado mesmo o cristianismo emergente. Encontramos as atitudes actuais dos barrosões atraídas por esta polaridade, onde, afectivamente, as preferências nem sempre vão para o “Príncipe da Luz”. A estrutura fundamentalmente dualista: a luz e as trevas, vence-se ou perde-se, dá-se ou tira-se. Não podemos conceber a mente barrosã fora do dualismo.

Este dualismo nem sempre é recíproco. Busca o que de facto se pode tornar mais importante, embora se repita indefinidamente. A existência de um dualismo religioso e profano está incluído no próprio discurso do crente. No entanto, a ênfase pode ser dada a um princípio de realidade de acordo com as conveniências. Por exemplo, admitimos que o mundo teve um princípio e terá portanto um fim. O início pouco nos afectará, mas o fim pode vir a afectar-nos.

4.1 - O FIM DO MUNDO

Há duas experiências que todo o ser humano de qualquer cultura ou religião experimenta: o nascimento e a morte. Aqueles que vi-

vem o tempo suficiente, conhecerão ainda um mito comum: a possibilidade da existência de um lugar onde não existam as contingências a que a cultura em que cada um evolui os obriga. Um mundo sem obrigações nem punições.

Um mito, como vimos, não é mais que uma norma da narrativa simbólica de uma cultura. Uma espécie de preconceito, presente quer no sagrado quer no profano¹⁴. Também no Barroso encontramos este mito do princípio e do fim, dos homens e do mundo.

Esta crença é intemporal¹⁵ quer no que se refere à origem, quer ao fim. A literatura que a esta crença se refere, publicada há uns vinte anos atrás, colocava geralmente o ano 2 000 como a data limite de vigência do mundo. É uma crença muito espalhada na cristandade, reminiscência do dualismo: o mundo teve um início, terá um fim...

Ultrapassamos o ano 2000 mas se não foi desta, será de outra vez.

4.2 - OS SERES DA LUZ

Todas as religiões que impõem um dualismo, distinguem sobretudo os que crêem dos que não crêem. A mente humana, dotada de inteligência, parece funcionar segundo o princípio do “binary digit” (ou segundo o modelo da sensação). A perspectiva de um mundo de sofrimento leva à rejeição de tal mundo.

A influência cristã cedo distinguuiu os que eram coniventes com a nova doutrina dos que lhe eram hostis. Eliminados estes, era necessário atingir um grau mais alto de pureza. Por isso se instalou o que hoje poderíamos chamar de cristocentrismo.

4.2.1 - O CRISTOCENTRISMO

Na geografia barrosã, temos de distinguir o espaço religioso de todo o outro espaço. Todo o espaço geográfico é sagrado, mas alguma porção de espaço é mais sagrada que outra.

O espaço religioso, é o espaço de culto. Inicialmente, o culto dos mortos, talvez o mais fervorosamen-

O sobrenatural em terras de Barroso

te reivindicado, foi comum a todos os primórdios civilizacionais¹⁶.

O cristianismo trouxe uma autoridade sobre o mundo dos mortos e dos vivos. A promessa da ressurreição tornou-os indistintos. Por isso, os símbolos cristãos foram colocados preferencialmente junto de antigas necrópoles.

A reprodução simbólica da cruz é “quase natural”. São os caminhos que se cruzam. Até na anatomia humana. O simbolismo religioso levou à sacralização do espaço, com calvários e Vias-Sacras.

O sinal da cruz é portanto omnipresente. Mesmo um sinal dominador para aliviar o sofrimento: um “Cristo” interrompe os trabalhos.

4.2.2 - OS SANTOS

A Sagrada Família é insuficiente para ocupar todo o espaço religioso. Os santos, mais próximos dos terráqueos, exigem o seu espaço. De modo algum o podem disputar aos superiores hierárquicos, isto é, às pessoas da Santíssima Trindade. No entanto, seja qual for a intersecção, todo o santo poderá intervir junto do poder absoluto sobretudo para aliviar o sofrimento e a dor.

A cada santo atribui-se uma “especialidade”, como o revela a lista seguinte.

Senhora dos Milagres - pode fazer todo o milagre que lhe seja pedido

Senhor dos Aflitos - acorre a todas as aflições

Senhora da Caridade - dá vista e caridade

S. Sebastião - protege da fome, peste e guerra

S. Mateus - cura os ouvidos

Etc.¹⁷

4.2.3 - O PADRE

O padre surge como o mediador entre as forças sobrenaturais e as pessoas. Em caso de aflição sempre se pode recorrer a ele. Os casos de aflição estão definidos pela própria religião: o ciclo vital carece da sua intervenção.

Existem no entanto contrapar-

tidas: geralmente, o padre é recompensado pela sua intervenção, o que contribuiu para uma descrição simbólica dos seus poderes. De facto, não eram vizinhos cómodos, exercendo a autoridade por delegação do absoluto.

O problema de compreender a função de intermediário é finalmente a capacidade de distinguir o real do fictício ou do imaginário: de antecipar todas as alternativas. Ora, tal não está ao alcance do comum dos mortais. É necessário possuírem-se as competências e o poder para tal.

O respeito que ele (o sagrado) lhe testemunha, é feito simultaneamente de terror e de confiança¹⁸. Esta ambivalência é atenuada na pessoa do padre que terá autoridade suficiente para evitar o terror.

4.2.4 - OS LUGARES DE DEVOÇÃO

A sacralização do espaço leva à identificação de locais mais propícios ao contacto com o sobrenatural. Todas as culturas identificam tais espaços: uns reais outros imaginários. Destes últimos, faz parte a morada dos mortos.

O fenómeno é assaz conhecido. As religiões estruturadas identificam sítios privilegiados. A nível local identificamos os locais onde, de algum modo o sobrenatural se manifestou: montanhas onde, de noite, aparecem luzes, ou onde ocorrem fenómenos estranhos, locais onde os fantasmas dos mortos apareceram, ou de algum modo “vozes” falaram aos vivos.

Para além dos locais tradicionais de culto, são locais de devoção todos os lugares onde os vivos deixaram este mundo¹⁹.

Acidentes, doenças e homicídios fizeram com que o território do Barroso se povoasse de cruzes. Estes locais mantêm acesas paixões, dramas, conflitos que se estendem até ao tempo presente. São locais onde desapareceram heróis, onde o seu espírito se manifesta em condições excepcionais.

Todos os lugares onde, de algum modo, se invoca o sagrado, atacam a crença. Ali desenrolou-se

um dia um drama. Um drama nada diferente dos que ocorrem no dia a dia mas que teve um desfecho algo singular.

4.2.5 - A IGREJA E AS SUPERSTIÇÕES

A religião condena as superstições e as crenças “ao de leve”. Do mesmo modo condena a opinião tida por falsa, ou seja, a que não se coaduna com a lógica da ideologia em que ela própria assenta.

A superstição e o comportamento supersticioso nascem do valor dado ao semi-verdadeiro e semi-falso. A dialéctica clássica do dualismo não admite “o meio termo”, ou seja, torna-se necessário tomar posição.

As crenças e superstições são oficialmente condenadas mas a condenação contradiz-se a si própria. Como não acreditar nos poderes do padre? Como aceitar que ele seja um simples humano, à imagem dos outros?

As superstições assentam geralmente nos poderes dos personagens bíblicos, mas também em pessoas que de algum modo possuem “virtude”. É raro, mas existem os santos locais. Alguns destes personagens até passaram por Barroso. O seu nome é distorcido, adaptado, com apelidos evocadores dos principais mistérios: a vida e a morte²⁰.

4.2.6 - ASTROS E SINAIS DO CÉU

Estamos habituados a ver os céus como estáveis, praticamente imutáveis durante a vida de uma pessoa. De vez em quando essa ordem pode ser perturbada: surgem névoas, novos astros ou os que nos são familiares mudam de lugar ou de forma.

Tais acontecimentos são relativamente raros. A visita de cometas por exemplo, sabemo-lo hoje, não está ligada a nenhum evento especial no nosso planeta. Mas o seu aparecimento no passado foi visto como uma espécie de premonição do futuro, mesmo nas sociedades sem escrita.

4.3. OS SERES DAS TREVAS

Os seres das trevas são identifi-

O sobrenatural em terras de Barroso

cados fundamentalmente com tudo o que “faça andar a vida ò p’ra trás”. Acidentes fortuitos perturbam o decorrer do que foi previsto. Estão portanto contra os desejos dos homens. Contrariam o poder favorável que consegue triunfar, até certo limite.

4.3.1 - O DIABO

Diabolismo ou satanismo, implica fazer um pacto com o diabo. É diferente da possessão diabólica em que apenas se torna necessário estar “possuído” pelo demónio.

Belzebu ou “mafarrico”, o demónio é o responsável por tudo o que contraria o decurso previsto dos acontecimentos. Apenas pode ser vencido pelos seres da luz mas com determinação. Uma leve falha destes, um leve descuido, leva a que o diabo possa actuar, embora num tempo finito.

A crença barrosã do diabo é apontada como o exemplo da sobrevivência das religiões pré-cristãs, relacionada também com o dualismo gnóstico e outras heresias.

4.3.2 - DIABOS BENÉVOLOS E MALÉVOLOS

“Deus é bom mas o diabo não é mau²¹”. O conceito de maleficência é, em nosso entender, bastante lato em Barroso. O mecanismo de oposição entre poderes maléficos e benéficos explica porque o diabo nem sempre age contra os humanos: a sua função é opor-se a Deus e este também é pressuposto enviar castigos. Se estes são severos, é quase certo que a acção do diabo será benéfica.

Na ordem natural das coisas, o diabo é contrário aos desígnios de Deus, principalmente ao que pretende a total entrega do homem à vontade deste último. Mas enquanto a materialização das forças benéficas é omnipresente: todas as igrejas apresentam imagens de Cristo, da Virgem e dos Santos; a imagem do diabo só aparece raramente e esmagada pelo anjo S. Miguel.

Nalguns casos, como em S. Mi-

guel de Vilar de Perdizes, a imagem do diabo está em destaque. O pároco local já tem recebido “donativos para o altar onde está o diabo”²².

4.3.3 - ESCONJURAR O DIABO: AS ORAÇÕES, REZAS E RESPONSOS

É fácil esconjurar o diabo: como foi vencido definitivamente, não quer mais conflitos e afasta-se de tudo o que é considerado sagrado: da cruz, das imagens dos santos e de tudo o que tenha a ver com “o poder de Deus”.

É pressuposto que qualquer oração seja suficiente para esconjurar o diabo. A presença do crucifixo é no entanto considerada mais eficaz.

Por vezes o diabo é caprichoso: resiste ao esconjuro. Torna-se necessário procurar meios cada vez mais poderosos até que o esconjuro resulte. Onde o diabo é mais tenaz é nos casos de possessão diabólica, pois agarra-se à alma do crente para não mais a deixar. Neste caso, torna-se necessário recorrer a um santo poderoso e “especialista” como é o caso do S. Bernardino da freguesia da Amoinha, no concelho de Chaves.

Existem padres especialistas: fazem os exorcismos, fornecem os “escritos²³” protectores ou ensinam orações e rituais de protecção. Tais padres são raros nos nossos dias. É crença popular que o demónio obedece à autoridade sacerdotal mas causa ao padre um prejuízo na proporção do malefício que traria à alma atingida.

4.3.4 - A LITERATURA: O LIVRO DE S. CIPRIANO

S. Cipriano, segundo a crença, teria feito um pacto com o demónio, tornando-se senhor dos saberes deste último. Mais tarde converteu-se mas não esqueceu as artimanhas destinadas a controlar os eventos deste mundo. Daí resultou a compilação de uma série de fórmulas destinadas aos mais variados efeitos.

O livro tem correspondentes noutras culturas como por exem-

plo em França, onde os exemplares do Grand Albert e do Petit Albert evocam fórmulas, ditos, provérbios e cerimoniais insólitos.

A versão mais comum apostava em provas factuais para melhor credibilidade. Muitos nomes que designam os locais onde a acção se passa, também designam locais de Barroso²⁴.

É crença geral que os lavradores mais ricos de Barroso possuíam um exemplar do livro. Só assim se explicava o domínio das artimanhas para acumular fortuna²⁵.

O livro era lido individualmente, mas de vez em quando o colectivo gostava de verificar se de facto o sobrenatural agia de acordo com os escritos. Para isso programavam os cerimoniais, sobretudo à noite, fazendo acreditar os vizinhos em acontecimentos fantásticos.

4.4 - MALEFÍCIOS SEM ANJOS NEM DEMÓNIO

Todo o cristão pode, inadvertidamente, ser a causa de malefícios para os seus vizinhos. Uma obrigação para com Deus que não foi cumprida, como é o caso de uma promessa, pode influir na vida dos familiares e dos vizinhos.

É rara a auto proclamação de culpabilidade. Trata-se quase sempre de uma atribuição, ou da parte de quem sofre as sequências maléficas ou de mediadores: pessoas de virtude, magos ou feiticeiros. A causalidade é muito difusa e por vezes torna-se impossível o seu discernimento.

Torna-se necessário reparar a obrigação para ser obtida a ordem natural dos acontecimentos.

4.4.1 - OS LUGARES DE EVITAMENTO

Tradicionalmente, os locais de sepulturas são lugares de evitamento. Assim os adros e cemitérios, são pouco frequentados. Existe uma simbologia ligada ao próprio ciclo nictemérico, ou seja o ritmo de sucessão do dia e da noite.

À noite, todos os lugares podem ser evitados, desde que constituam um perigo perceptível: evitava-

O sobrenatural em terras de Barroso

se andar de noite na serra do Larouco ou do Gerês por causa dos lobos. Mesmo de dia, certos caminhos assustavam os viajantes.

Na comunidade-aldeia, acontece que, por algum motivo, um lugar se torna evitável: por exemplo um lugar onde os lobos costumam caçar, onde aparecem muitas serpentes ... ou que é habitado por espíritos. Os espíritos são mais temidos à noite. O menor sobressalto, o menor bulir de um ramo pode ser tomado por espírito.

Contam-se histórias rocambolescas: a do Aníbal de Meixide que descarregou a pistola contra um ser estranho que lhe barrava o caminho, verificando depois que era apenas um ramo de giesta.

Locais sombrios, habitados por medos, cada um mais estranho que outro. Por isso, ainda abundam as casas assombradas (geralmente mansões desabitadas), locais onde aparecem luzes ou ruídos inexplicáveis, sobretudo à noite. Ninguém deixará de temer as forças do além se atravessar lugares como a ponte da Misarela, sozinho, aí pelas duas horas da madrugada.

4. 4. 2 - BRUXAS E BRUXARIAS

O comportamento bizarro de curta duração é geralmente atribuído às bruxas. Estas conseguem também fazer encantos, de modo que qualquer pessoa, independentemente da sua vontade, se submete ao encanto.

Há dois tipos de bruxas: as reais e as imateriais.

As imateriais só são perceptíveis em certos fenómenos da natureza como os redemoinhos de vento, tornados em ponto pequeno. São indicadores de que algo pode correr mal, ou pelo menos a vontade humana poderá ser contrariada. Como ritual para afastar o poder destas bruxas, os homens apertam os testículos ou então vestem uma peça de roupa com o interior para fora.

São bem visíveis algumas bruxas, mulheres a quem se atribuem poderes sobrenaturais. Identi-

ficam-se até por certas peculiaridades: diz-se que as mulheres que não têm pêlos no púbis são bruxas.

Estas têm sobretudo poderes de maleficência. Uma sequência maléfica num curto espaço de tempo (por exemplo partir-se o timão do arado três ou quatro vezes num dia) é frequentemente atribuída a uma destas bruxas (não identificada, mas apontada como possibilidade).

Nos "Campos de Galdim", no termo de Vilar de Perdizes, as bruxas foram famosas pelas atribuições que fizeram passar a viajantes, ladrões, contrabandistas e guardas fiscais²⁶.

4. 4. 3 - MAU OLHADO, MAU AR, A INVEJA, SOMBRAS DANINHAS, AMULETOS

A magia pode ser exercida por qualquer dos mortais, desde que para isso seja autorizado por quem tem poderes superiores. Em certa maré, basta o olhar de uma pessoa menos amistosa para causar desacatos. O mau olhar manifesta-se sobretudo na saúde e a pessoa atingida de mau olhar "não vai avante".

O ar tem propriedades mágicas. Como pode explicar-se que, segurando por exemplo uma garrafa de vidro na mão, de repente caia o fundo como se tivesse sido cortado pelo diamante mais afiado. Estes casos não são raros. Só o "ar" é que pode explicar estes fenómenos. Também pode atingir uma pessoa, sobretudo crianças, provocando-lhes as mais variadas moléstias.

O mau olhar e o mau ar "correm-se" com rituais e cerimónias onde, nalguns casos, tem de entrar um objecto cortante (uma faca por exemplo).

Algumas sombras têm efeitos maléficos. As das árvores do cemitério, por exemplo, podem atingir pessoas e animais. Noutros casos, são as sombras de rochas ou montes onde se diz que aparecem espíritos, almas do outro mundo ou mesmo o diabo.

Muitos amuletos protegem da maleficência. As ferraduras, a cruz e o signo-saimão são alguns dos

amuletos mais usados.

4. 4. 4 - O CALENDÁRIO

A maleficência não se verifica uniformemente ao longo do ano. Nos períodos de penitência como na Quaresma, as forças malignas parecem ter menos autoridades pois até elas devem respeitar a morte e paixão de Cristo.

Durante a semana, o Domingo é tradicionalmente vedado às acções diabólicas, se bem que, por vezes, talvez com a autorização de Deus, o demónio faça das dele.

Também nas festas e romarias, durante a parte religiosa, geralmente de manhã, o demo raras vezes se manifesta, mas de tarde tudo pode acontecer.

4. 4. 5 - RELIGIÃO POPULAR E CULTOS

Para lá da religião formal, organizada, da Igreja Católica, existe uma religião popular (folk religion), com cultos muito diversos que variam de aldeia para aldeia.

Cada aldeia tem o seu culto local. É simbolizado pelo padroeiro, reminiscência da primeira organização administrativa. Ora, segundo a religião católica, o poder dos santos é mais ou menos idêntico. Todos podem acorrer em auxílio dos crentes e fazer todo o milagre. É por isso que são santos. Também a Virgem, quando solicitada, pode conceder qualquer graça.

Como explicar portanto que Senhora da Azinheira de Meixide tenha mais poderes no termo desta freguesia que a Senhora Aparecida de Calvão²⁷, sendo esta mais poderosa no território desta última freguesia? Não se trata da mesma Nossa Senhora?

5 - NAS ORIGENS DAS CRENÇAS: A PASSAGEM DO DISCURSO ORAL AO DISCURSO LITERÁRIO.

O barrosão começa a acreditar no sobrenatural moldado pela comunidade a que pertence. Começa por ouvir relatos acerca da sua aldeia, dos seus habitantes, dos seus familiares e até de si mesmo. Estas histórias podem ser comprovadas.

Com o passar das gerações, re-

O sobrenatural em terras de Barroso

latos sobre pessoas que já morreram abrem as portas para o sobrenatural. São contos muito imprecisos no tempo, se bem que o espaço seja real: é o mesmo onde o sujeito evolui²⁸.

Nesse tempo indeterminado, podem evoluir os que já não são deste mundo, assim como todas as personagens que a fertilidade do imaginário conseguir inventar. Se não são actores visíveis é porque têm a propriedade de ficar invisíveis, tornando-se perceptíveis sempre que o desejarem.

5.1 - FOLKTALES (HISTÓRIAS POPULARES)

As histórias locais constituem a génese do imaginário infantil. São muitas vezes narrações em que a acção se refere ao território do próprio desenvolvimento. As crianças, ao serem, ouviam histórias de animais (raposas, pássaros, lobos ...) e no dia seguinte eram capazes de identificar o caminho, o cruzamento, a árvore onde a acção se tinha desenrolado. Os mais exigentes até procuravam vestígios dessa acção pois a história não se situava num tempo preciso.

“Quem conta um conto, aumenta um ponto”. Estas histórias, repetidas vezes sem conta, adquirem coloridos locais e vão-se transformando. O conteúdo é comum em vastas áreas, como acontece no Barroso. Mas os intervenientes têm a ver com os mitos e crenças locais.

5.1.1 - TRAVELLERS' TALES (HISTÓRIAS DE VIAJANTES)

Os Barrosões sempre foram migrantes. Esta migração é universal no espaço e no tempo.

No início do Século XX o Brasil acolheu muitos barrosões. A América do Norte sucedeu-lhe e, no final, foi sobretudo a França o país de eleição.

Estes migrantes povoaram Barroso de narrativas que espicaçaram as imaginações da pequenada. Todos, de algum modo, tiveram um pai, um tio, ou mesmo um avô que realmente tinha vivido noutra lu-

gar; portanto, outros lugares, diferentes do nosso, existiam. Nesses lugares até poderiam existir fadas, duendes ou bruxas.

Existiram sobretudo as vivências dos nossos. Vivências reais para eles, mas fictícias para nós.

5.1.2 - AMAZING STORIES (HISTÓRIAS ESPANTOSAS)

Histórias espantosas ouvimo-las por exemplo dos soldados que regressaram da Primeira Guerra Mundial, da Guerra Colonial, dos emigrantes e até da tradição oral. Muitas dessas histórias têm a ver com factos reais, como é o caso das dos guerrilheiros que frequentaram Barroso logo a seguir à Guerra Civil Espanhola.

São autênticas sagas locais, com os seus heróis, capazes de enfrentar a injustiça, mesmo quando esta é protegida pelo quadro legal. São estas histórias que, não raramente, incluem canções e baladas, apelando à emoção.

Aos heróis permite-se-lhe infringir todas as leis. A razão está invariavelmente do seu lado. São eles que defendem os pobres e os oprimidos.

5.1.3 - FAIRY TALES (CONTOS DE FADAS)

Os contos de fadas são geralmente de origem erudita, embora, nalguns casos, passem para a tradição oral. Esta tradição oral foge aos estilos de discurso que os escritores gostam de cultivar.

As fadas respeitam a tradição dualista, havendo fadas boas e fadas más. Muitas vezes as fadas, nos contos populares, são substituídas por mulheres de virtudes, mulheres sábias, adivinhos e até bruxos.

5.1.4 - FUNNY STORIES (HISTÓRIAS DIVERTIDAS)

São as mais comuns em Barroso. As histórias divertidas são “o melhor antidepressivo destas gentes”. Os romancistas procuram-nas, sobretudo as mais elaboradas. Fazem parte destas histórias a maioria das anedotas.

As histórias divertidas são per-

manentemente criadas por acontecimentos locais. Muitas delas são depois generalizadas.

Muitas “histórias engraçadas” destinam-se às crianças, sobretudo de tenra idade, a que também chamam “histórias para inocentes”.

5.1.5 - WONDER STORIES (HISTÓRIAS MARAVILHOSAS)

Alice no País das Maravilhas do Reverendo Lewis Carroll é o modelo mais conhecido da “história maravilhosa”. No entanto, estas histórias maravilhosas não têm lugar na cultura de expressão oral, pois a sua linguagem é demasiado erudita.

As histórias maravilhosas do Barroso incluem transformações do espaço e deformações no tempo, mas são muito mais curtas que os contos eruditos. Talvez as limitações da memória humana contribuam para isso.

5.1.6 - CONTOS DO INSÓLITO

O insólito é mais facilmente retido pela memória. Por isso, muitas narrativas, contos e histórias associam-se a acontecimentos insólitos, momentos que mudam por vezes o próprio curso do conto.

Cada aldeia tem as suas situações de insólito, singularidades que se cristalizam aos poucos em lendas e até material de carácter mitológico.

A principal característica dos contos do insólito é que a acção não se pode repetir, pois foi o inesperado que lhe deu o seu cunho particular. Um instante vai influenciar todo o curso dos acontecimentos. Trata-se um pouco da imagem do próprio ciclo vital humano, em que alguns acontecimentos, muito breves (por exemplo o nascimento) são determinantes. Os contos do insólito também são procurados pelos romancistas.

6 – CONCLUSÃO

Ao analisarmos o maravilhoso das histórias populares²⁹, que constituem uma verdadeira literatura oral desta região, torna-se difícil a construção de uma tipologia

O sobrenatural em terras de Barroso

exaustiva, capaz de explicar os momentos adequados em que cada uma das forças sobrenaturais pode entrar em acção.

A mente barrosã formou-se com o “mythos”, mais rápido a estruturar um mundo que o “logos” a descrevê-lo. Nesta sequência, a crença impõe-se ao facto, isto é, a mente foi treinada para crer no que é global, na explicação simples. Por isso, muitas vezes, estas gentes foram consideradas inocentes, nés-cias, quase infantis³⁰.

Em Terras de Barroso está presente o sobrenatural. O maravilhoso revigora-se todos os dias. Histórias antigas que começam a carecer de credibilidade, são substituídas por outras, mais actuais, capazes de exercer a função das mais antigas. As vestes actuais são feitas de remendos antigos.

O maravilhoso é dinâmico e complexo. Todos os dias aparecem novas histórias de padres, políticos, funcionários públicos, assim como de lavradores, negociantes e contrabandistas. Passarão à posteridade como heróis ou até como santos. Talvez sejam simplesmente esquecidos, ou aumentem a credibilidade e os feitos de outro personagem mais idóneo.

A vivacidade do maravilhoso é testemunhada pelas adaptações que os homens de letras têm feito da crença popular. De Camilo a Guerra Junqueiro passando por Ferreira de Castro, chegando a Miguel Torga e a Bento da Cruz encontramos histórias que nos são familiares. Mas apenas aos barrosões. Em parte o mérito destes (e outros) autores foi o de as propagar ao vento, enriquecendo a totalidade da cultura portuguesa com esta interferência interna. •

NOTAS

- 1 No sentido de “folktales” ou “Marchen”.
- 2 A palavra “mito” deriva do grego “mythos” que significa não só “palavra” como “dizer”, história ou ficção. O “mythos” contrasta com o “logos” cuja verdade se pode discutir ou demonstrar.
- 3 Várias teorias foram propostas para explicar a origem dos mitos. A primeira

atribui-se ao grego Euhemerus: o humano tornava-se divino. Assim, Zeus tinha sido de facto um rei e os outros deuses seriam a sua família. Helena de Troia seria sua filha e de Leda. Os irmãos Grimm explicavam-no pela imaginação criadora dos “contos de fadas”. Alguns antropólogos como Tylor viam a sua origem no animismo, outros como Frazer na associação da mente primitiva (entre os ciclos reprodutivos, humanos e agrícolas). A Psicanálise explica-os pelos impulsos, sonhos e inconsciente colectivo.

- 4 O milagrismo raramente altera o ritmo cronológico normal (como aconteceu na tomada de Jericó por Josué), antes repõe o ritmo cósmico.
- 5 Dogma, na linguagem eclesástica católica, significa o que vem unicamente de Deus, portanto a verdade absoluta. A igreja aceita como fontes do dogma as Escrituras e a Tradição.
- 6 Lazorthes, 1993 (vid. Bibliog).
- 7 Doxa, é a palavra grega que hoje traduzimos por “opinião”.
- 8 Bastide, 1972 (vid. Bibliog.).
- 9 Sagan, Carl, 1996, cap.7 (vid. Bibliog).
- 10 TERRAS DE BARROSO é o território no Norte de Portugal cujos limites são a norte a Galiza, a Este e Sul o rio Tâmega e a oeste o Minho. Administrativamente compreende na totalidade os concelhos de Montalegre e Boticas, metade do de Chaves e ainda parte dos concelhos de Ribeira de Pena, Cabeceiras de Basto e Vieira do Minho. Cf. António Fontes, Etnografia transmontana I e II (vid. Bibliog.).
- 11 A palavra “anjo” deriva da palavra grega “angelos” que equivalia ao hebreu “mal’akh” que significa “mensageiro”.
- 12 A palavra “demónio” deriva do grego “daimon” que significa “ser sobrenatural” ou “espírito”.
- 13 Fundada pelo persa Mani no século III, esta religião divide o mundo em duas esferas: a da bondade (luz) e a da maldade (trevas). Esta concepção pouco difere da cristã ou do “Gnosticismo” olhado como uma heresia cristã e que floresceu nos séculos I e II.
- 14 Rivière, 1999.
- 15 No sentido de G. Durand (vid. Bibliog.).
- 16 A sacralização do espaço é um invariante em todas as civilizações logo nos seus primórdios. De facto a Revolução Neolítica de Gordon Childe foi também uma revolução de símbolos. Cf. Jacques Cauvin, 1999 (vid. Bibliog.).
- 17 Medicina Popular Barrosã: ensaio de Antropologia Médica, pp. 110. A este propósito consultar também Berta Nunes, 1997 (vid. Bibliog).
- 18 Caillouis, Roger - O Sagrado e o Profano, pp. 22
- 19 Fontes -Etnografia Transmontana I & II (vid. Bibliog.).

20 Lembramos de passagem o clérigo “D. Joaquim da Boa Morte”.

21 Trata-se de um provérbio barrosão.

22 Documentação pessoal do R. Pe. António Fontes em 1997.

23 O escrito consiste numa folha de papel, em que a mensagem escrita permanece oculta (hoje em dia utiliza-se um envelope). O escrito deve acompanhar a pessoa ou animal de referência (por exemplo o touro doente) até que a graça solicitada se concretize.

24 Parece-nos, no entanto, que algumas edições foram adaptadas pois só assim se explicaria que nelas figurem certos pormenores como é o caso do “Poço das Freitas” que alguns identificam como uma antiga mina de ouro no concelho de Boticas.

25 O contrário também é verdadeiro: os mais abastados têm maiores possibilidades para adquirir livros.

26 Podemos considerar este cenário como “mítico vivo” na perspectiva de Eliade (vid. Bibliog.).

27 Nossa Senhora da Aparecida, na freguesia de Calvão, concelho de Chaves, apareceu em 1833 a três pastores, duas raparigas e um rapaz. A aparição é em tudo semelhante à relatada em Fátima. Curiosamente tem passado despercebida para os estudiosos. Os párocos de Calvão não têm conseguido dar projecção a este santuário, ao contrário do que aconteceu em Fátima.

28 Hatzfeld, 1993 (vid. Bibliog).

29 Incluindo o sentido de “rito familiar” de Ariès, 1988 (vid. Bibliog.)

30 Belarmino Afonso, refere-se a esta temática ao analisar o mecanismo dos Ex-votos (vid. Bibliog).

BIBLIOGRAFIA

- AFONSO, Belarmino - (1995) Ex-votos e religiosidade popular no Distrito de Bragança. Ed. Região de Turismo do Nordeste Transmontano, Bragança.
- ARIÈS, Philippe - (1988) O Homem Perante a Morte. Publicações Europa-América. Lisboa.
- BASTIDE, Roger - (1972) Le rêve, le transe et la folie, Flammarion, Paris.
- CAILLOIS, Roger - (1988) O Homem e o Sagrado. Col. Perspectivas do Homem. Ed. 70. Lisboa.
- CAILLOIS, Roger - (1988) O Mito e o Homem. Col. Perspectivas do Homem. Ed. 70. Lisboa.
- CAUVIN, Jacques - (1999) Nascimento das divindades, nascimento da agricultura. Ed. Instituto Piaget, Lisboa.
- DURAND, Gilbert - (1989) As Estruturas Antropológicas do Imaginário. Ed. Presença. Lisboa.

Alguns aspectos do mestiço em Moçambique (até 1960)*

Comento determinados aspectos da condição de mestiço na antiga colónia de Moçambique, na primeira metade do passado século XX, sem outra pretensão que a de fazer algumas reflexões sobre situações ocorridas num tempo irreversível.

A longínqua e dispersa descendência mestiça que em Moçambique se gerou importa menos do que ter uma noção das dúvidas e problemas que o mestiço suscitou no quadro da sociedade colonial, em Moçambique. Trata-se duma reflexão que pode ajudar a entender o ambiente colonial em que se movia uma diversidade de raças e culturas, sob a administração portuguesa.

O mestiço que mais inquietou as autoridades coloniais foi, principalmente, o filho de homem branco (do português) com mulher negra e toda a mestiçagem daqui expandida com o sucessivo cruzamento dos mestiços entre si, ou com outras raças e nacionalidades. A mestiçagem procedente de outros grupos étnicos, como chineses, indianos ou indonésios, não teve, no período contemporâneo, a

relevância dos descendentes de brancos, em especial de portugueses. Os mestiços das comunidades orientais, com tradições culturais e religiosas não cristãs, não suscitaram tanta inquietação como os descendentes de brancos. A sensibilidade oficial parecia preocupar-se mais com os mestiços de descendência portuguesa e cristinizada, do que com os demais relativamente fechados em sistemas de crenças diferentes.

A atitude preconceituosa contra o mestiço, em geral, baseava-se antes de tudo na dificuldade em conciliar no mesmo quadro social um elemento que compartia as características do “senhor” e do “escravo”, ou do “civilizado” e do “selvagem”! Para justificar as barreiras contra o mestiço e a necessidade de controlar os seus passos na colónia apontavam-se as características negativas do Negro que o Mestiço necessariamente herdava. Estas suspeitas ou fantasmas a respeito do Africano dominaram todo o período colonial e repercutiram-se, em particular, no progresso das gerações mestiças.

Até 1959 nenhum mestiço era convocado para o serviço militar. Determinados serviços públicos não lhe estavam franqueados sob a alegação de o candidato não haver cumprido o serviço militar. O ensino liceal estava limitado ao único liceu em Lourenço Marques e beneficiava a gente do sul, principalmente da capital e arredores. Somente a partir da década de 50

e graças ao empenhamento do Bispo da Beira, é que foi criado um novo Liceu na cidade da Beira. O norte da colónia permanecia sem estruturas para educar as crianças além da instrução primária. Praticamente a educação estava nas mãos das missões religiosas. Os filhos brancos e mestiços de progenitores com alguma fortuna e posição, eram enviados para Portugal, ou para África do Sul e Rodésia apenas a descendência branca.

Para quem não conheceu as estratégias do poder colonial para travar a ascensão social das gerações “de cor” (forma eufemística de dizer “com sangue negro”) pode parecer estranho que a política colonial tão apregoada pelo seu “espírito liberal não racista” procedesse desta forma. Mas, de facto, o factor racial não era, por si mesmo, determinante desta atitude, senão o receio de que, mais tarde, as populações das colónias se insurgissem com reivindicações nacionalistas...

Estas notas não pretendem mais do que contribuir para a compreensão de certas ocorrências nos últimos anos do regime colonial. Apesar de se ter dito o contrário, o mestiço esbarrava com vários obstáculos para progredir socialmente. A bem dizer, a pouca educação que o colono trazia na sua bagagem cultural era prova de que a política de retardamento da educação do povo africano era já velha tradição na Metrópole em desfavor

* Há um artigo interessante de Judah Bento Ruah, intitulado “Mestiços – (Mulatos de Moçambique), publicado no Anuário da Escola Superior Colonial, Lisboa 1931-1932. – O etnógrafo e escritor angolano Óscar Ribas, publicou também, em 1960, em Guimarães, na revista “Gil Vicente – Revista de Portugalidade” – vol. XI, nos 7 e 8, 2ª série, Julho-Agosto, um artigo de muito interesse intitulado “O Mestiço Angolano”.

APONTAMENTOS DE INVESTIGAÇÃO

João Sanches

O sobrenatural em terras de Barroso

DURAND, Gilbert - (1998) Campos do Imaginário. Ed. Piaget. Lisboa.

ELIADE, Mircea - (1963) Aspects du Mythe. Editions Gallimard, Paris.

FONTES, António Lourenço - (1992) Etnografia Transmontana I: crenças e tradições do Barroso. Ed. Notícias. Lisboa.

FONTES, António Lourenço - (1992) Etnografia Transmontana II - O

Comunitarismo de Barroso. Editoria Notícias, Lisboa.

FONTES, António & SANCHES, João - (1995) Medicina Popular Barrosã: Ensaio de Antropologia Médica. Col. Coisas Nossas. Ed. Notícias. Lisboa.

HATZFELD, Henri - (1997) As raízes da religião: tradição-ritual-valores. Ed. Instituto Piaget, Lisboa.

LAZORTHES, Guy - (1993) Crença e Ra-

ção: da procura científica à interrogação espiritual. Ed. Instituto Piaget, Lisboa.

NUNES, Berta - (1997) O saber médico do povo. Fim de Século Edições, Lisboa.

RIVIERE, Claude - (1999) Introduction à l'Anthropologie. Hachette, Paris.

SAGAN, Carl Edward - (1996) Um Mundo Infestado de Demónios. Gradiva, Lisboa.

Alguns aspectos do mestiço em Moçambique

das camadas mais humildes do país...

Para o Negro, todo o mestiço era um ser humano inocente e tão digno de estima quanto os seus filhos negros. Com a particularidade de o mestiço compartilhar “o sangue” do branco com o da sua raça. O Branco apresentava-se como o senhor da terra porque interferia nas crenças dos seus habitantes e na prática dos seus costumes, como utilizava discricionariamente, a força de trabalho das populações, etc.,

Em certas zonas, por pressão das autoridades territoriais ou dos missionários, as festas tradicionais dos indígenas eram proibidas, as suas formalidades matrimoniais contrariadas, a devoção aos mortos vilipendiada, etc. Tudo em nome de princípios e dogmas do programa civilizador que o Negro não entendia... e o forçava a ocultar os seus ritos, costumes e festas, ocultando-se cada vez mais no interior do mato.

A mulher negra não se queixava do assédio sexual dos colonos. Ela até apreciava a sensualidade do Branco e orgulhava-se dos filhos que havia dele. Agravos morais contra a sua honra nunca chegavam aos tribunais de direito português. A questão era resolvida normalmente dentro do direito africano, com indemnizações à família da mulher em dinheiro ou gado.

Para a família africana era mais importante assegurar o futuro do menino “mestiço” do que contestar a sua existência sempre considerada bem-vinda. Esse fruto tinha o sangue da “raça” que dominava o território e devia ser encarado como um elo entre brancos e negros. Mesmo entre as populações com descendência matrilinear pensava-se que o mestiço devia ser protegido pelo pai não-africano, por força da sua ascendência “não negra”.

A mestiçagem foi sempre interpretada como uma “mistura de sangues” entre raças diferentes, correspondendo, portanto, a uma espécie de aliança através do “sangue”. Uma troca de sangues com uma incisão nos pulsos, entre dois

indivíduos, selava um “pacto de sangue” que podia abranger os respectivos grupos. O “mulato” era, por isso, tomado simbolicamente como a imagem dessa aliança do Negro com outras raças, mas em especial com o homem branco em cujas mãos repousava o destino do Negro.

Ainda mais: - a família negra (e, em particular, a mãe do mulato) esperava que a criança não fosse criada como um indígena qualquer, pois achava que devia crescer segundo os usos e costumes do pai. O Negro não entendia o procedimento do Branco que abandonava os seus filhos mulatos!

Situações deste tipo não foram excepcionais, tendo como protagonistas não só o rude colono mas também indivíduos dos estratos sociais médios e superiores, entre civis e religiosos, cuja reputação estava ao abrigo de toda a denúncia ou queixa.

Antes do mestiço ter sido tomado como um elemento socialmente problemático, nos tempos ditos pioneiros da chegada dos portugueses, ele foi a ponte para o homem branco conquistar a confiança dos Negros. As primeiras incursões no interior do território com objectivos comerciais e militares, foram confiadas a aventureiros e degredados, pessoas de escassa ou nenhuma instrução, mas obstinadas nos seus precedentes pelo papel do colono no século XX não exageraremos afirmando que muitos deles procuraram logo uma companheira com quem se amasaram e criaram linhagem e criaram descendência mestiça.

Foi política da Metrópole servir-se dos empreendimentos ultramarinos para se desembaraçar dos seus criminosos, delinquentes e desordeiros. Angola, Cabo Verde e Brasil guardam na sua essência humana uma larga herança dessa gente réproba, assim como Moçambique. Não há, pois, que recusar que foram muitos deles certamente os primeiros povoadores de mestiços no interior de Moçambique, lançando as bases duma sociedade

de ocidental tropicalizada que se desvaneceu anónima no mato.

Mas o conúbio com a mulher negra teve, certamente, início nas zonas portuárias. A esse respeito não havia reserva moral por parte dos nativos porque a prostituição era já uma instituição de séculos na costa moçambicana. Mas no interior, onde as estruturas familiares estavam mais preservadas, funcionavam regras mais severas. A descendência mestiça, que aqui nascesse, gozava, por isso, de um elevado grau de estima e importância política. O colono progenitor sentia-se obrigado a assumir a sua paternidade ou a indemnizar a família da mulher lesada... Um direito que não era fácil aplicar nas zonas costeiras onde as relações promíscuas se diluíam no seio de outros interesses mais altos.

Com tudo isso, surgem duas situações distintas para o destino da descendência mestiça. O colono do interior, fixado à terra, sentindo-se livre das peias sociais, amava a sua descendência mulata e a família que granjeava. Legitimava, além disso, a posse dum pedaço de terra e o seu parentesco com o povo negro. Por seu lado, a companheira negra, ciente da importância que os seus frutos mestiços encerravam, esperava encontrar através do companheiro branco (ou não-negro) um aliado e defensor da sua gente...

Esses laços familistas e de confiança com as populações funcionaram de forma positiva na aproximação das duas partes, permitindo que o europeu explorasse o mato e, aí, acabasse por impor a presença portuguesa. Ao passo que nas zonas portuárias, onde estava instalada a guarnição militar e se moviam os interesses económicos e políticos, pode-se dizer que os portugueses tinham, aí, condições para serem menos humildes junto das autoridades indígenas.

Mais tarde, o colono, identificado com a terra e seus costumes, fraternalmente acolhido pelas populações como um aliado expunha-se a ser desdenhado pela po-

Alguns aspectos do mestiço em Moçambique

pulação branca das cidades, com o estigma de “machambeiro e cafrealizado”. O “machambeiro” era o cultivador de hortas ou o proto-lavrador, desabitado ao banho, analfabeto, rude e grosso no falar... O europeu urbanizado encarava com certo desdém o que lhe parecia ser a promiscuidade em que viviam esses pioneiros da ocupação do território moçambicano.

Na década de 30, havia vários núcleos populacionais com europeus “amigados” com negras e alguns casados com mulatas ou brancas, todos rodeados de filhos... criando, assim, espaços de vida social multirracial nas vilas e cidades do interior centro e norte da colónia. Mas, tanto a norte como a sul do território, a proliferação mestiça estava generalizada e para esse contributo todos haviam dado a sua contribuição. Os preconceitos raciais por parte da pequena burguesia branca cresciam nas cidades mais desenvolvidas, como Beira e Lourenço Marques. Atribuíam-se atitudes desta natureza a uma certa influência das vizinhas África do Sul e Rodésia do Sul, hoje Zimbabwe, o que não era mentira, mas havia também da parte da burguesia portuguesa muita convivência com o racismo sul africano.

O casamento entre um branco e uma mulher negra não era sancionado pelo Estado nem pela Igreja. Havendo moças educadas e instruídas nas missões, mas com o estatuto de “indígenas”, os missionários e o Estado, a pretexto dessa diferença, opunham-se ou não promoviam o casamento das mesmas com europeus de condição mais humilde, como agricultores, capatazes, motoristas, cantineiros, e mestiços de qualquer origem, etc. Nem sequer com mestiços!

A criança mestiça desenvolvia-se sem se dar conta do enredo de situações que se geravam em torno do seu destino como mestiço. Quando alcançava a vida adulta, tomava então consciência de que vivia numa sociedade heterogénea, com vários códigos morais e interesses em jogo, que incidiam ne-

gativamente sobre a sua personalidade e o seu futuro.

Porém, o retraimento da burguesia branca quanto à gente de cor, declaradamente mais agressivo na capital e na cidade da Beira, abrandava principalmente nas vilas do interior, onde a fraca densidade da população civilizada restringia o europeu a permanecer mais tempo em contacto com o africano e os seus costumes, sem olhar para as diferenças de raça, religião, estrato social ou cultura.

Vivendo o mestiço num meio semeado de preconceitos que lhe barravam o passo no campo intelectual e profissional ele desenvolvia-se submetido a múltiplos ressentimentos que acabavam por lhe desestruturar a personalidade, opondo-o mais depressa à ascedência negra do que à sua ascedência branca...

Nos meados do século XX não havia memória de mestiço casado, em Moçambique, com mulher branca, existindo, pelo contrário, vários homens brancos consorciados com mulher mestiça. Por outro lado, o mestiço, pelas mesmas razões legais e por preconceito também não procurava mulher negra para casar, embora houvesse filhos dela.

Com todas estas barreiras morais, não admira, que em torno da imagem do mestiço se gerassem suposições tendencialmente negativas. Uma expressão ingénua, mas corrente, resumia o seu dilema, sugerindo que o mestiço era vítima de um “conflito de sangue”! Uma forma ingénua de interpretar a personalidade instável e moralmente insegura do mestiço...

Dúvidas e suspeitas desta natureza também perturbavam os poderes públicos. Para esclarecer tais suposições foram levados a cabo estudos sobre a psicologia do Negro e do Mestiço. Os valores e conceitos que se aplicavam na análise do Negro e do Mestiço ignoravam os factores sociológicos que pesavam no comportamento das populações e dos indivíduos numa “situação colonial”. A sociologia e

a antropologia cultural davam os primeiros passos em Portugal. A observação alargada a esses domínios traria revelações surpreendentes sobre a realidade colonial que era, habitualmente mascarada com discursos patrióticos exaltando a humanidade do português e a ausência de preconceitos no seu relacionamento com raças e culturas diferentes!

A partir do momento em que a presença da mulher branca ganha peso na colónia, acentua-se o fosso entre os dois grupos e crescem os preconceitos raciais. A mulher branca tem ciúmes da mulher negra e da mulata e, não prescindindo dos seus préstimos, vê nela uma concorrente indesejável junto dos seus maridos e namorados. Embora os pais não gostassem de ver os seus filhos envolvidos com negras e mulatas, os adolescentes ganhavam experiência para a procriação mais depressa nos braços duma criada negra ou duma prostituta do que duma branca.

Assim também, o homem branco não tolerava a ideia de um mulato, muito menos um negro, se envolver com uma filha sua e, duma maneira geral, com a mulher branca... Isso não impediu que houvesse alguns escândalos, tomados como afrontosos da dignidade do colono, mas em que pesou a cumplicidade da mulher branca...

Todas as nacionalidades exógenas (chineses, indianos, malaio, malgaches, mauricianos, americanos, holandeses, gregos, suíços, franceses, etc) semearam descendência mestiça em Moçambique, que, superando a escassez de escolas e de institutos técnicos, conseguiram impor-se como profissionais competentes nos empregos em que se encaixaram, trabalhando desde muito cedo... Mas foi principalmente no futebol que o “homem de cor” se projectou tornando o “africano” visível no império português.

No terreno religioso, o catolicismo missionário procurou assegurar um domínio absoluto na colónia e foi, por isso, sempre hostil à

Alguns aspectos do mestiço em Moçambique

concorrência das organizações protestantes. Porém, a sua aversão mais concentrava-se no Islamismo, religião enraizada na costa oriental de África, mais de cinco séculos antes de lá aportarem os Portugueses!...

Mas o ódio do Islamismo era um sentimento tão profundo nas hostes católicas que o arcebispo de Lourenço Marques pretendeu, uma vez, que do “Bairro Indígena da Munhuana”, onde moravam famílias negras alojadas em casas construídas pela Câmara Municipal de Lourenço Marques, fossem expulsos os “macuas”, famílias negras oriundas do norte da colónia, estimadas pela sua eficiência e disciplina de vida, somente porque lhe parecia imoral esses seguidores do credo muçulmano viverem misturados com famílias cristianizadas!?

Assim também, o mundo dos mestiços não estava isento de preconceitos e ferido de profundas desigualdades internas. Havia entre os mestiços uma escala de valores baseada não apenas na cultura, mas, principalmente, na origem dos seus progenitores, na sua aparência, na educação recebida, seu grupo de convivência, etc. As famílias mestiças orgulhavam-se de ver “patrícios” seus apresentarem-se com uma postura de respeitabilidade, que nem sempre era comum no colono assumir.

O ideal para as famílias mestiças era a descendência não herdar as características externas da raça negra. O seu desejo era que predominassem os traços da sua ascendência branca, ou não negra. Mas estas preocupações acabavam por passar a segundo plano quando a criança crescia e se fazia um belo moço ou moça com os seus traços exóticos. O esforço de muitas famílias concentrava-se então na educação dos filhos para que alcançassem instrução e modos civilizados de estar na vida, ombreados com o Branco.

Os Goeses davam também muito valor à cor de pele clara, sendo, como se sabe, uma boa parte de-

les geralmente muito morenos. Por isso, desagradava às famílias que um filho seu se unisse a uma mulher “de cor”, sobretudo com os traços negros muito acentuados... Os preconceitos de raça, cor e casta pesavam ainda muito nos costumes dos Goeses. Houve um outro caso de jovens ambiciosos virem a Portugal de férias e regressarem casados com mulher branca, muito esperançosos de ter descendência com a cor de pele mais clara. Por infelicidade sua não se aperceberam de que tinham tomado por esposas mulheres de vida duvidosa...

Uma expressão comum entre os mestiços e goeses referia que um bom casamento era aquele que gerasse descendência “com a raça apurada”. A cor de pele mulata ou o cabelo encarapinhado eram estigmas que deixavam decepcionadas as famílias. Para disfarçar a sua carapinha o homem cortava o cabelo, à escovinha”, ou rapava-o. As mulheres mestiças evitavam expor-se ao sol para não escurecerem mais a tez morena. A negra conseguia, à custa de cosméticos sul-africanos, clarear a pele, e a mulata ganhava a aparência de uma mestiça de segunda geração (a chamada “cabrita”, em Angola). Os cabelos eram desfrisados com ferro quente e permitiam penteados que europeizavam a cabeça da mulher. Já então a moçambicana de cor, por influência das africanas na África do Sul e do cinema, compunha a sua carapinha com alguma arte.

O colono era descrito como um indivíduo rude, com um falar e modos grosseiros que espantavam o próprio negro pela dose de agressividade que parecia ter. De facto, esse era o seu modo de falar habitual, como, de resto, ainda hoje se pode escutar no norte de Portugal. Nem por isso, ele foi alguma vez discriminado e granjeou respeitabilidade e aceitação no seio da sociedade mais distinta.

É justo recordar que era ainda tão sensível a presença de pessoas com esse baixo nível de cultura e

educação, no primeiro quartel do século XX, que Brito Camacho (Alto Comissário de Moçambique entre 1920 e 1922) fez dele este retrato contundente: - “Como se percebe, o colono era, na sua maioria, um bruto, analfabeto e impreparado para assumir uma atitude na exploração da terra com uma visão do seu papel. Ocupava a terra com uma fartura que jamais tivera no país natal, assumia-se como dono e o vizinho negro que se danasse... (BC.... “Pretos e Brancos”, Lisboa, 1926, p. 310)

Como o mestiço não encontrasse o seu lugar na sociedade colonial, esse facto fazia-o deambular entre fronteiras sociais semeadas de ambiguidades. Se havia uns mestiços mais afortunados, a maior parte sofria na pele a sua marginalização social que era difícil a um observador não preparado perceber¹.

Talvez por isso mesmo, na década de 30 o problema da “mestiçagem” inquietasse as autoridades portuguesas e, daí, que o mestiço fosse objecto de uma análise de que se encarregou Mendes Corrêa, professor da antiga Escola Superior Colonial, o qual, num Congresso, expôs o seguinte: -“À conveniência ou inconveniência, do ponto de vista dos altos interesses nacionais e do progresso, de favorecer a mestiçagem, responderam a favor da mestiçagem 4, contra 15, e favoravelmente à outra, 2. (...) O maior perigo que se apresenta à nacionalidade, escrevia um dos nossos correspondentes... “é (valha-nos Deus) a *amulatação*. Outros dão a mestiçagem como “o melhor modo de colonização”. Dos adversários dos cruzamentos raciais, alguns reclamam a “humanidade” para os mestiços existentes; outros reconhecem que os mestiços “são aproveitáveis onde não é possível a colonização europeia”. Um missionário respondeu que era desfavorável à mestiçagem “sem união legal e casamento”. Poderíamos certamente inclui-lo no número dos votos favoráveis...” (M. Corrêa “1º

Entre 24 e 27 de Outubro de 2001

III Congresso Histórico de Guimarães *D. Manuel I e a sua Época*

1.ª CIRCULAR CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

O I Congresso Histórico- Guimarães e a sua Colegiada, ocorreu em 1979, ano em que se comemorava o VIII centenário da bula *Manifestis Probatum*, pela qual o Papa Alexandre III reconheceu a D. Afonso Henriques o título de rei.

O II Congresso Histórico de Guimarães, sobre *D. Afonso Henriques e a sua Época*, ocorreu em 1996, ano em que se comemorava o IX Centenário da outorga do primeiro foral a Guimarães pelos Condes Portucalenses, D. Henrique e D. Teresa (1096).

O III Congresso Histórico de Guimarães, sobre *D. Manuel I e a sua Época*, irá ocorrer entre 24 e 27 de Outubro deste ano de 2001, respeitando um voto do II Congresso – a periodicidade quinquenal dos Congressos Históricos de Guimarães.

Organizado pela Câmara Municipal de Guimarães e pelo NEPS (Núcleo de Estudos de População e Sociedade da Universidade do

Minho), pretende-se, com este III Congresso, aprofundar o conhecimento histórico de Portugal dos séculos XV e XVI na perspectiva do seu espaço europeu (consideraram-se os recentes investimentos sobre a expansão portuguesa). Pretende-se ainda estimular a convergência da investigação de medievalistas e modernista em clássicas abordagens históricas, sobre um período com tendência a aparecer como franja de conhecimento para uns e para outros.

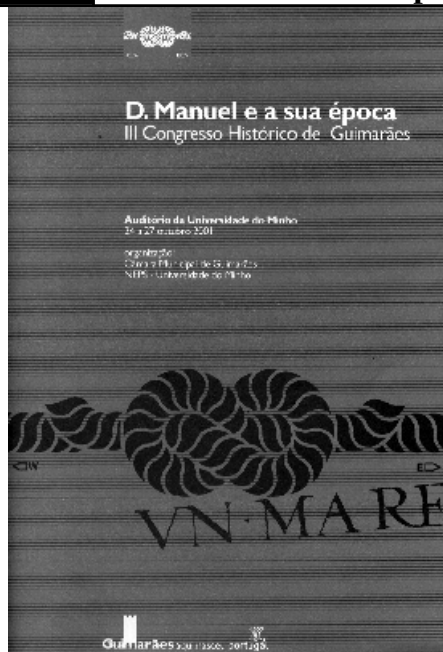
ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DO CONGRESSO

1ª Secção - Administração, Justiça e Direito, coordenada pelo Prof. Doutor Baquero Moreno

2ª Secção - Igreja e Assistência, coordenada pelo Prof. Doutor José Marques

3ª Secção - População, Sociedade e Economia, coordenada pela Profª Doutora Maria Norberta Amorim e Profª Doutora Ana Maria Rodrigues

4ª Secção - Arte e Cultura, coordenada pelo Prof. Doutor Fausto S. Martins



NORMAS PARA AS COMUNICAÇÕES

As comunicações deverão ser preparadas para uma exposição oral que não poderá exceder os 20 minutos, embora o texto escrito, a ser publicado em Actas, possa oscilar entre as 15 e as 20 páginas, folhas A4, a dois espaços.

Por razões de tempo disponível, não poderá a Comissão Científica, em princípio aceitar mais de 30 comunicações por secção.

CALENDÁRIO

30 de Abril - recepção do título

ARGUMENTOS

Luís Polanah

Alguns aspectos do mestiço em Moçambique

Congresso Nacional de Antropologia Colonial, Porto, 1934, pgs: 10-11)

Como as respostas não permitissem concluir nada de cientificamente positivo a respeito da personalidade e utilidade social do mestiço, Mendes Corrêa, prudentemente, diria o seguinte: - "Depreende-se do inquérito que a grande maioria dos votos é contrária, no ponto de vista dos altos interesses da Nação e da Humanidade, que se favoreça o mestiçamento e, do mesmo modo, a grande maioria atribui simultaneamente a causas biológicas e sociais, mas porventura mais a estas do que às primeiras, as diferenças psicológi-

cas e morais dos mestiços em relação às raças de que resultam..." (M. Corrêa. Ibidem, p. 21)

Mendes Corrêa era globalmente favorável à ocorrência de gerações mestiças por não lhe parecer que estas nascessem atingidas por um estigma que as tornasse inadaptáveis a uma sociedade evoluída. Tudo dependia das condições que lhes fossem proporcionadas. Assim recordou que "Afonso de Albuquerque preconizou os casamentos entre portugueses metropolitanos e moiras... (...) D. João II expediu uma carta régia, ordenando casamentos de índias do Brasil com portugueses. Baltazar da Silva Lisboa dizia que a carta era con-

cebida nos termos mais sensatos e humanos"... abrindo as portas da civilização aos filhos dessas ligações, por estes receberem "educação portuguesa"... Contudo, acrescenta MC: - "O inquérito agora por nós realizado demonstra ainda o que há de incerto e contraditório nos nossos conhecimentos sobre o mestiçamento e os mestiços... (...) Há até, dentro dos cabo-verdianos, diferenças somato-psíquicas de ilha para ilha. Tudo isto demonstra a necessidade de extrema prudência e precisão sobre o assunto". (MC. Ibid., p.20). •

1 Seria preciso outro texto para explicar os mecanismos subtis da marginalização do Mestiço e do Negro.

III Congresso Histórico de Guimarães

e resumo das comunicações

31 de Maio - informação sobre a aceitação, por parte da Comissão Científica, das comunicações espontâneas

30 de Setembro - data limite para a inscrição dos congressistas sem comunicação e envio do programa final do III Congresso

APRESENTAÇÃO DAS SECÇÕES

1ª SECÇÃO

Administração, Justiça e Direito

ORGANIZADOR

**Prof. Doutor Humberto Baquero
Moreno**

DEFINIÇÃO

Pretende-se nesta Secção proceder a uma revisão crítica da organização administrativa que no período final do século XV e no decurso do século XVI, foi posta em prática no território português. Assim, as amplas reformas levadas a efeito na administração pública durante o reinado de D. Manuel, com a criação da secretaria de Estado, a par duma maior intervenção por parte do poder central com o aumento da centralização desencadeada pela coroa, são factores merecedores duma atenta análise, cuja incidência se faz sentir em todo o reino, tanto no continente como no espaço ultramarino português. Importa igualmente enquadrar esta situação no contexto do espaço ibérico. Outra dominante reside na articulação entre a coroa, os órgãos intermédios e o poder local. Merece, assim, particular atenção, o conhecimento dos órgãos de funcionamento dos municípios no que respeita à consolidação e às mudanças operadas no seio das autarquias. Aprofundar as implicações que a reforma dos forais tiveram no tecido social e económico do reino, face ao desfasamento existente no que toca às linhas de força da sociedade, constitui um tema de abordagem de relevante interesse.

A definição e a caracterização dos mecanismos judiciais, numa época em que se procede a uma reforma das Ordenações, representa um dos

escopos desta Secção. Importa sobretudo indagar o carácter correctivo que a «nova» legislação teve sobre os velhos forais, na sua maioria desfasados da realidade social e económica do país. No conjunto das normas de aplicação do direito cumpre averiguar o grau de eficácia que os preceitos jurídicos tiveram sob o tecido social, passando em revista a sua aplicabilidade ou as suas disfunções face à malha de ordenamento jurídico e ao comportamento da magistratura, tantas vezes mal preparadas no conhecimento das leis e na sua consequente aplicação. Indagar sobre o grau de preparação dos juizes, no que respeita à sua formação académica, constitui um importante ponto de reflexão no decurso de mais um século de intensas reformas que apontam no sentido de modernização do Estado. Em suma, todo um conjunto de questões merecedoras de atenta análise decorridos cinco séculos de história portuguesa.

2ª SECÇÃO

Igreja e Assistência

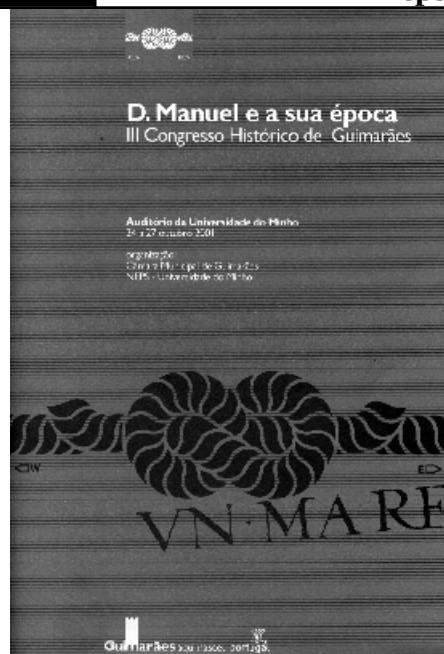
ORGANIZADOR

Prof. Doutor José Marques

DEFINIÇÃO

O estudo da Igreja e da Assistência não poderia faltar no âmbito temático deste Congresso, subordinada ao título «D. Manuel I e a sua época», pois, além do que estas duas realidades (Igreja e Assistência), na complexidade das suas instituições representavam no Reino e na vida das populações, não se pode ignorar que ambas ficaram assinaladas, dentro dos limites cronológicos estabelecidos, pelas marcas de uma crise, que vinha de longe, e da ansia de reforma, iniciada havia muito, mas só concretizada, de forma intensiva, no século XVI.

Em relação à História da Igreja, neste período, não obstante alguns estudos recentes, de indiscutível mérito, subsistem aspectos inexplorados e faltam sínteses sobre outros, que foram objectos de análises pontuais, dispersas, sendo, mesmo, possível falar de acentuadas diferenças



de conhecimento da história das várias dioceses, das Ordens Monásticas, Mendicantes e Militares, para não falar do generalizado desconhecimento das relações entre estas Instituições e o Poder Central e a Cúria Pontifícia, havendo também um longo caminho a percorrer nos domínios do conhecimento do ensino catequético e da prática sacramental, bem como das preocupações de defesa contra a penetração de correntes heterodoxas, mediante o recurso a certas medidas de efeitos lamentáveis, etc.

Quanto à Assistência, a instituição das confrarias de Misericórdia e os respectivos hospitais marcaram uma viragem positiva no plano da solidariedade cristã, englobando os aspectos materiais e espirituais, cujas consequências ultrapassaram os limites cronológicos fixados para este evento cultural, urgindo, no entanto, clarificar a sua verdadeira dimensão aglutinante de instituições anteriores e outros aspectos inerentes à sua dinâmica.

Estas notas não pretendem fixar o elenco das comunicações, mas somente traçar algumas sugestões e perspectivas de desenvolvimento, que, em próxima circular, os títulos apresentados ajudarão a definir e antever já com recorte mais preciso.

3ª SECÇÃO

População,

III Congresso Histórico de Guimarães

Economia e Sociedade

ORGANIZADORAS

Profª Doutora Maria Norberta Amorim e Profª Doutora Ana Maria Rodrigues

DEFINIÇÃO

Neste período de transição entre a Idade Média e a Modernidade, as autoridades começam a ter preocupações de regulamentação, de contagem e de medida que até então eram relativamente raras. Os monarcas enviam agentes para arrolar contribuintes e isentos, surgindo as primeiras contagens de população que irão culminar com o Numeramento de 1527-1532. Normas são emanadas para regular a vida na corte, as actividades económicas, a assistência e as manifestações religiosas nos concelhos. Normas são emanadas para que Igrejas e mosteiros arroleem as alaias litúrgicas, os paramentos, os livros, para que enumerem e descrevam as suas propriedades, medindo campos, quintais e casas, especificando castas de vinhas e essências de árvores, contando cabeças de gado, pisos e salas de edifícios, registando arcos e torres que faziam a diferença em relação à habitação comum. Surgem as Misericórdias. Proclamam-se as Constituições dos Bispados em que a vida religiosas se regulamenta de forma estreita. Começa a registar-se o movimento natural por freguesia, os nascimentos, os casamentos e óbitos, registo que foi tornado mais tarde obrigatório pelo Concílio de Trento e poder papal.

Nesta sessão pretende-se fazer convergir medievalistas e modernistas no levantamento e tratamento dessa variadíssima gama de fontes, pouco exploradas, susceptíveis de aportar uma nova visão sobre um período crucial na evolução da sociedade moderna portuguesa.

4ª SECÇÃO

Arte e Cultura

ORGANIZADOR

Prof. Doutor Fausto S. Martins

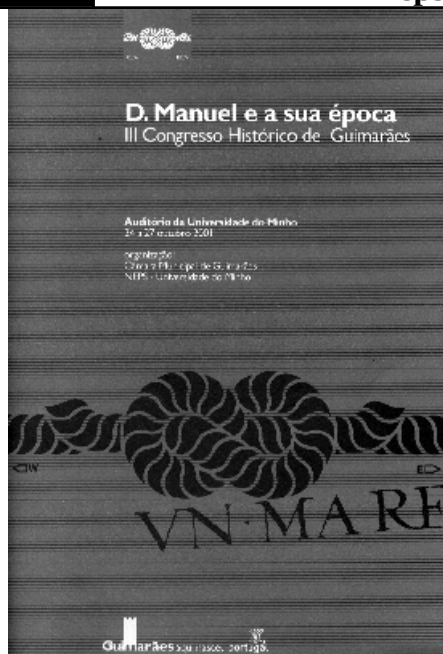
DEFINIÇÃO

Para além dos enquadramentos de natureza política e social, o tema em epígrafe exige uma contextualização cultural e artística, dependente, em grande parte, do fenómeno religioso.

No plano cultural, a época que nos propomos estudar é dominada pela corrente do Humanismo, isto é, um movimento de espírito, simultaneamente estético, literário, filosófico, científico e religioso, que iniciou na Itália e atravessou de forma desigual a Europa do século XV. Desenvolveu-se, em plenitude, nos séculos XVI, acabando por esgotar-se no século XVII em novas correntes culturais e expressões artísticas. Coincidindo com o período do Renascimento, sem que se confundam, o Humanismo surge como um rio que atravessa a época renascentista.

Admite-se que tenha nascido com Petrarca e finalize com Erasmo, incluindo o prolongamento religioso dos movimentos da Reforma e da Reforma Católica e Contra-reforma de Trento. O Humanismo renascentista caracteriza-se pela valorização das línguas clássicas. Em vez da ciência privilegia o amor pela sabedoria, que tende ao conhecimento de Deus e do Homem. Do ponto de vista estético, evidencia uma exagerada preocupação pela beleza das formas, que seriam tanto mais perfeitas quanto imitassem as antigas. Como fenómeno religioso, defende o princípio da Docta Pietas, dois conceitos complementares que traduzem, segundo Erasmo, o ideal da vida do homem: Pietatem cum litteris copulare.

Portugal não permaneceu alheio a este movimento. Vivendo num período áureo da sua história, com uma conjuntura favorável no plano político, social e financeiro, reunia as condições ideais para o enraizamento e desenvolvimento dos ideais humanistas. Desde os tempos de D. Afonso V e, sobretudo, com D. João II, D. Manuel e D. João III, implementaram-se os contactos com os principais centros humanistas, Angelo Poliziano, Nicolau Clenardo, Cataldo Sículo assumiram papel relevante de perceptores de membros



da Corte. Por sua vez, autores como André de Resende, Damião de Góis, conviveram directamente com as fontes originais, ao mesmo tempo que criaram laços de amizade com humanistas europeus. É neste quadro, de matriz humanistas, que se enquadra a obra literária dos nossos poetas da primeira metade do século XVI: Gil Vicente, Sá de Miranda, Bernardim Ribeiro e do próprio Camões, como ponte convergente a todas as tendências literárias.

Seguindo a velha tradição de que as Artes surgem e se desenvolvem em conjunturas favoráveis, Portugal não fugiu à regra, atingindo nos séculos XV e XVI, um dos momentos mais brilhantes, através das diversas expressões artísticas da arquitectura manuelina, pintura quinhentista, escultura, ourivesaria e azulejo.

Pese, embora, os abundantes estudos de que foram objecto, persistem muitas dúvidas, carências de bases documentais, interpretações divergentes. Eis o momento apropriado para o estudo, aprofundamento e discussão de um dos períodos culturais e artísticos mais apaixonantes da nossa história. •

CONTACTOS

Câmara Municipal de Guimarães
Largo Cónego José M. Gomes
4810-242 Guimarães
Tel: 253 421 200; Fax: 253 515 134
Email:
camaraguimaraes@mail.telepac.pt

Teses de doutoramento

Maria Otília Pereira Lage prestou provas de doutoramento com a tese intitulada: *Wolfram = Volfrâmio – Terra revolvada, memória revolta para uma análise transversal da sociedade portuguesa (1930 – 1960)*, tendo sido aprovada por unanimidade.

Margarida P. V. Montenegro Durães prestou provas de doutoramento com a tese intitulada: *Herança e Sucessão no Termo de Braga. Leis, práticas e costumes (séculos XIX – XX)*, tendo sido aprovada por unanimidade.

No próximo número do Boletim Informativa será dada informação mais detalhada acerca das dissertações das novas doutoras. •

Base de dados genealógica na internet

No dia 23 de Fevereiro de 2001, na abertura solene das Comemorações dos 500 anos da vila açoriana das Lajes do Pico, o NEPS (Núcleo de Estudos de População e Sociedade da Universidade do Minho) lançou na INTERNET uma base genealógica, a ligar todos os nascidos numa freguesia do concelho, a freguesia de S. João (finais do século XVII a 1900). Trata-se da primeira comunidade sobre a qual Maria Norberta Amorim, investigadora desta Universidade, ensaiou, a partir de 1985, uma metodologia a aplicar aos registos de baptizados, casamentos e óbitos, que permitiria a formação de bases de dados com o percurso de vida, em encadeamento genealógico, de cada indivíduo identificado num determinado contexto geográfico. A metodologia de reconstituição de paróquias vem sendo posteriormente utilizada por número significativo de outros investigadores, dispondo o NEPS de algumas dezenas de bases de dados contextualizadas, a permitir significativos avanços em Demografia Histórica e História Social. As genealogias sistemáticas de outras paróquias açorianas, já reconstituídas, irão sendo divulgadas através da aplicação GENEWEB neste endereço, no endereço da Direcção Regional da Cultura e ainda nos das Câmaras Municipais a que pertencem as povoações em causa. As genealogias de outras comunidades do continente português poderão ainda ser divulgadas, no mesmo formato, neste endereço e, eventualmente, nos endereços de outras instituições que tenham apoiado financeiramente este tipo de trabalho.

A base de dados genealógica está agora disponível em:

www.sarmento.eng.uminho.pt/~neps

BIBLIOTECA DO NEPS**M. Otília P. Lage****Novas aquisições**

LE BRAS, Hervé – *Essai de Géométrie Sociale*. Paris: Editions Odile Jacob, 2000

O autor, demógrafo, director de estudos na Escola de altos estudos em ciências sociais de Paris e autor designadamente da obra *Les Trois France*, apresenta - nos neste seu importante ensaio de edição recente, que organiza em 300 páginas e 12 capítulos sugestivamente intitulados: “as estruturas elementares do povoamento” (cap. I), “as divisões do território” (cap. III) “as leis do movimento” (cap. IV) “Os jogos de sorte e do casamento” (cap. VII), “formas e proporções na Atlântida” (cap. IX) “Os labirintos de Kafka” (cap. XII), uma “*geometria social aqui representada nos seus fundamentos (ruptura de simetrias, fractais, fracções contínuas) nas suas representações (mitos platónicos, utopias urbanas, romances de Kafka) e nos seus objectos (casamentos, invasões, migrações)*”.

Trata-se de uma obra que apresenta um sólido e profundo con-

junto de propostas renovadoras do campo dos estudos demográficos e que é já considerada como “*um manifesto para as ciências sociais que se dizem em crise num momento em que não terão sido nunca tão eficazes contra os preconceitos que alimentam as nossas crenças*”.

BABELON, J. – P. et A. CHASTEL – *La notion de patrimoine*. Paris: Ed. Liana Levi, c. 1994

“O *património*, no sentido em que hoje se entende na linguagem oficial e no senso comum, é uma noção recente que cobre de modo necessariamente vago todos os bens, todos os “tesouros” do passado”. Assim se inicia esta obra (de pequeno formato com 141 páginas e um conjunto de gravuras a preto e branco, fora de texto) onde os autores - J.P. Babelon e André Chastel, conhecido historiador da arte do Renascimento italiano e ex - professor da Sorbonne e Colégio de França, recentemente desaparecido - desenvolvem um ensaio de referência para o conhecimento do processo de construção histórico -

social da definição actual da noção de património nos seus múltiplos significados. Realidade complexa, constituída por um certo número de camadas sobrepostas que importa distinguir, a noção de património é aqui analisada numa perspectiva histórica seguindo seis momentos ou seus constituintes essenciais: o *facto religioso*, o *facto monárquico*, o *facto familiar*, o *facto nacional*, o *facto administrativo*, e o *facto científico*.

Inspirando-se em André Leroi - Gourhan, designadamente no que concerne ao sentido do sagrado de que são investidos certos objectos, lugares e bens materiais libertos da utilidade imediata, em todas as sociedades, esta obra procura evidenciar, através de citações e encadeamentos com a ajuda de textos e referências históricas conhecidas ou esquecidas, como no termo de uma longa e caótica história do domínio, bens e sensibilidade francesa relativamente ao passado, se foi constituindo a noção de património, em sua recente acepção articulada com o Turismo - essa nova realidade histórico social do pós-guerra. •

■ NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO E SOCIEDADE ■ FICHA DE INSCRIÇÃO ■									
IDENTIFICAÇÃO									
Nome							Data de Nascimento / /		
Endereço									
Telefone			Fax			E-mail			
Naturalidade									
BI n.º		Data / /		Arquivo		N.º Contribuinte			
HABILITAÇÕES ACADÉMICAS									
Doutor		Doutorando		Mestre		Mestrando		Licenciado	Estudante
CURSOS [indicar instituições e anos de conclusão]									
ACTIVIDADE PROFISSIONAL									
Profissão									
Instituição									
Endereço									
Telefone			Fax			E-mail			
INTERESSES DE INVESTIGAÇÃO									
Fontes		Análise demográfica				Reconstituição de Paróquias			
Registos paroquiais ou de estado civil		Outra documentação paroquial				Documentação fiscal			
Passaportes		Dotes				Testamentos			
Doações		Outra documentação notarial				Cruzamento de fontes diversas			
Migrações		História da família				Genealogias			
História da criança abandonada		Análise social				História da alfabetização			
Outros									
Data		Assinatura							
/ /									
Depois de preenchida, esta ficha deverá ser remetida ao Neps, juntamente com uma cópia do currículo do investigador.									

.....

NEPS ♦ FICHA DE ACTUALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA ♦ NEPS									
Autor:									
Título:									
Publicado				Policopiado				Inédito	
Artigo		Livro		Dissertação				Trabalho académico	
Editor						Ano de edição			
Local de edição						N.º de páginas			
Revista						N.º/ano		Páginas /	
Se se tratar de uma comunicação apresentada em encontro científico, indique a identificação completa do evento (título/temática/secção onde o trabalho foi apresentado; entidade organizadora; local e data de realização):									
Resumo									

Para que o possa divulgar, o Núcleo de Estudos de População e Sociedade necessita de manter actualizada o seu ficheiro bibliográfico com as produções dos seus membros. Para tanto, agradecemos que esta ficha seja preenchida e remetida para o NEPS sempre que produza ou publique um novo trabalho, fazendo-a acompanhar, sempre que possível, por uma cópia do mesmo.

EDIÇÕES DO NEPS - TÍTULOS DISPONÍVEIS

AMORIM, Maria Norberta e CORREIA, Alberto, *Francisca Catarina (1846-1940). Vida e Raízes em S. João do Pico (Biografia, Genealogia e Estudo de Comunidade)*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[3 800\$00]

CARVALHO, Elza Maria Gonçalves Rodrigues de, Basto (St.ª Tecla) - Uma Leitura Geográfica (do século XVI à contemporaneidade), Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[3 800\$00]

FARIA, Inês Martins de, Santo André de Barcelinhos. O difícil equilíbrio de uma população – 1606-1910, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1998.

[3 000\$00]

GOMES, Maria Palmira Silva, Estudo Demográfico de Cortegaça – Ovar (1583-1975), Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1998.

[3 000\$00]

MACIEL, Maria de Jesus, *Imagens de Mulheres*, Câmara Municipal de Lajes do Pico/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[1 800\$00]

SANTOS, Carlota Maria Fernandes dos, *Santiago de Romarigães, comunidade rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1640-1872)*, Câmara Municipal de Paredes de Coura – Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[3 000\$00]

SCOTT, Ana Sílvia Volpi, *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (Séculos XVII e XIX)*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[3 800\$00]

Aos membros do Neps é concedido um desconto de 20% sobre o preço de capa. Os pedidos (acompanhados de cheque correspondente ao valor dos livros solicitados) devem ser encaminhados para a Secretaria do Núcleo de Estudos de População e Sociedade (Campus de Azurém da Universidade do Minho).

Boletim Informativo n.º 18 n.º Março de 2001

PUBLICAÇÃO DO:
NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO E SOCIEDADE
Instituto de Ciências Sociais
Universidade do Minho
Pólo de Azurém
Guimarães

DIRECTORA:
Maria Norberta Amorim

EDITOR:
António Amaro das Neves

COORDENAÇÃO DA REDACÇÃO:
Elisabete Pinto

COLABORADORES DESTES NÚMEROS:
João Sanches, Maria Norberta Amorim, Luís Polanah, Otília Lage,
Elisabete Pinto, António Amaro das Neves

SECRETARIADO:
Isabel Salgado, Daniel Freitas, Natália Silva, Sónia Fernandes, Sérgio Castro, Vítor Oliveira

DEPÓSITO LEGAL
n.º 125306/98

Núcleo de Estudos de População e Sociedade
Universidade do Minho, Pólo de Azurém ♦ 4800-058 Guimarães

Telefone/Fax 253510187 ♦ e-mail: neps@eng.uminho.pt ♦ <http://sarmiento.eng.uminho.pt/~neps>

O Boletim Informativo do NEPS é uma publicação bimestral dedicada à divulgação das actividades do Núcleo de Estudos de População e Sociedade e dos trabalhos relacionados com Demografia Histórica e História das Populações. Agradece-se toda a colaboração que nos seja enviada, a qual será submetida à apreciação dos editores. Solicita-se o envio de notícias acerca de eventos, publicações e investigações nas áreas de Demografia Histórica e afins.

Os textos assinados são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.